



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



QUANDO O CONHECIMENTO TEM GÊNERO: ANÁLISES SOBRE O ENSINO SUPERIOR

MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO

MILENA DE CARVALHO NISHIMURA CAMARGO

**TRÊS LAGOAS
2025**

MILENA DE CARVALHO NISHIMURA CAMARGO

QUANDO O CONHECIMENTO TEM GÊNERO: ANÁLISES SOBRE O ENSINO SUPERIOR

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas (CPTL), como requisito para obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Orientadora: Prof^a Dra Patrícia Helena Milani

TRÊS LAGOAS
2025

MILENA DE CARVALHO NISHIMURA CAMARGO
QUANDO O CONHECIMENTO TEM GÊNERO: ANÁLISES SOBRE O ENSINO
SUPERIOR

Monografia apresentada à Banca Examinadora em:

_____de_____de 2025 e foi considerada_____.

BANCA EXAMINADORA

Profa Dra Patrícia Helena Milani
Orientadora

Profa Dra Rafaela Fabiana Ribeiro Delcol
Membro da banca

Profa Msc. Caroline Berger de Paula
Membro da banca

Dedicatória

Dedico minha pesquisa a mim, a minha coragem e força de vontade em momentos que pensei em desistir, aos meus amigos queridos que fiz em meio a minha trajetória dentro da graduação, a minha família por sempre me apoiar, ao tempo, ao destino e por último e não menos importante a Deus e minha fé.

Dedico também aos meus professores, que além da postura profissional mostraram humanidade e consciência, e dentre eles principalmente à Professora Dra. Patrícia Helena Milani, que sempre esteve comigo durante meu caminho percorrido até aqui, sendo professora, orientadora e meu apoio e ombro amigo nos momentos em que precisei.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos os professores e professoras que fizeram parte da minha trajetória acadêmica, em especial à minha orientadora Professora Dra. Patrícia Helena Milani, amigos que desde o início me acompanharam em todas as etapas até aqui, estando do meu lado e me dando apoio e forças em períodos em que precisei, e me proporcionando momentos únicos e alegres quando tive que respirar e viver minha vida e juventude como devem ser.

Quero agradecer a minha família: minha mãe, minha avó e meu irmão, que mesmo longe se fazem presentes e me apoiaram em todo esse percurso.

Além disso, meus agradecimentos vão para a instituição da UFMS-CPTL, que me proporcionou viver experiências além do ambiente universitário, com visitas de campo, muitos aprendizados e suporte quando também precisei, juntamente com a coordenação do curso que se faz pela Professora Dra. Valéria Rodrigues Pereira. Por último e não menos importante, a Deus e a minha fé, que me fortaleceram e me iluminaram quando mais precisei.

RESUMO

A sociedade capitalista é marcada por diversos fatores de desigualdade e hierarquização, entre os quais o machismo e a desigualdade de gênero ocupam papel central. Essas dimensões influenciam diretamente as formas de reprodução social cotidiana, especialmente no que se refere à divisão sexual do trabalho e às ocupações desempenhadas por mulheres e homens. Esse processo tem início ainda na infância, durante a socialização das crianças, e se estende aos momentos de decisão — nem sempre efetivamente livres — sobre os cursos universitários e as trajetórias profissionais a serem seguidas. Desde então, as diferenças de gênero marcam as relações estabelecidas e as posições ocupadas por mulheres e homens tanto na universidade quanto no mercado de trabalho. Este estudo visa analisar a inserção de estudantes nos cursos de Direção, Engenharia de Produção, Enfermagem, Medicina e Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Campus Três Lagoas - MS), buscando compreender, a partir de dois dados de entrada, os contextos sociais e subjetivos que condicionam e influenciam essas escolas. A análise baseia-se em uma discussão teórica que aborda a construção histórica da desigualdade de gênero no capitalismo, a divisão sexual do trabalho, os processos de socialização que moldam as referências acadêmicas e profissionais e os mecanismos simbólicos que legitimam certas áreas como mais “adequadas” para homens ou mulheres. Esses elementos nos ajudam a compreender como cada escola é influenciada por condições sociais e culturais. Metodologicamente, além da discussão teórica, realizamos uma coleta de dados em conjunto com o setor acadêmico responsável pela coleta e organização das informações institucionais. Os resultados indicam uma padronização ao longo do tempo no ingresso de mulheres em cursos das áreas da saúde e licenciaturas, e, em contrapartida, uma menor presença feminina em cursos de exatas, como Engenharia de Produção. Esses dados revelam a persistência de padrões de gênero que, embora em transformação, ainda reproduzem desigualdades no acesso e na distribuição dos estudantes entre diferentes áreas do conhecimento, reforçando papéis sociais historicamente construídos. Conclui-se, portanto, que é fundamental compreender esses condicionantes sociais e culturais e fortalecer políticas institucionais e educacionais que promovam trajetórias acadêmicas mais plurais, contribuindo para a superação gradual das relações desiguais de poder entre homens e mulheres na sociedade.

Palavras-Chave: Universidade; Gênero; Produção do conhecimento; Relações de Poder, UFMS -Três Lagoas.

RESUMEN

La sociedad capitalista se caracteriza por varios marcadores y productores de desigualdades y jerarquizaciones, siendo el machismo y la desigualdad de género uno de ellos, lo cual condiciona en gran medida las formas en que esta sociedad se reproduce cotidianamente, principalmente desde el punto de vista de los trabajos y ocupaciones entre mujeres y hombres. Esto comienza desde el período de crianza de las niñas y niños y atraviesa los momentos de elección (que no siempre pueden ser verdaderas elecciones) en relación con los cursos universitarios y las profesiones que seguirán/construirán, cuando esto ocurre. Desde entonces, las diferencias marcan este proceso, las relaciones establecidas y las ocupaciones/posiciones que mujeres y hombres asumen en la universidad y posteriormente fuera de ella, en el ámbito laboral. Nuestro objetivo es analizar la inserción de estudiantes en los cursos de Derecho, Ingeniería de Producción, Enfermería, Medicina y Geografía en la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul (Campus de Três Lagoas-MS), y analizar, con base en los datos numéricos de ingreso de los estudiantes, los contextos subjetivos más amplios que condicionan/influyen estas elecciones. Desde el punto de vista metodológico, además de los debates teóricos, realizamos un levantamiento de datos junto al sector académico de la UFMS responsable de dicha recolección y organización. Identificamos una estandarización a lo largo del tiempo en el ingreso de mujeres en algunos cursos, como en el área de la salud y las licenciaturas, y por otro lado, una menor participación en cursos del área de exactas, como en el caso de Ingeniería de Producción. Así, los resultados apuntan a la permanencia de patrones de género que, aunque en proceso de transformación, continúan reproduciendo desigualdades en el acceso y en la distribución de los estudiantes entre diferentes áreas del conocimiento, reforzando muchas veces los roles de género. De este modo, se vuelve fundamental comprender estos condicionantes sociales y culturales, así como fortalecer políticas institucionales y educativas que fomenten trayectorias académicas más plurales, en el esfuerzo por modificar, paulatinamente, las relaciones desiguales de poder entre hombres y mujeres en la sociedad.

Palabras clave: Educación superior; Género; Producción de conocimiento; Relaciones de poder; UFMS - Três Lagoas.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	20
Gráfico 2:	24
Gráfico 3:	28
Gráfico 4:	30
Gráfico 5:	31

LISTA DE QUADROS

QUADRO 6	35
QUADRO 7	37

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1: A REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES NO ENSINO SUPERIOR.....	13
1.1 A UNIVERSIDADE E O DEBATE DE GÊNERO.....	18
CAPÍTULO 2: <i>VOCÊ SEMPRE VÊ, AS ESTRELAS SÃO SEMPRE OS HOMENS, NUNCA AS MULHERES</i>	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a análise das universidades brasileiras revela que, desde sua origem, esses espaços foram constituídos como ambientes marcadamente elitizados, tanto do ponto de vista econômico quanto de gênero e raça — uma estrutura que, embora tenha passado por transformações, ainda não foi totalmente superada. As instituições de ensino superior foram historicamente concebidas por e para homens brancos, refletindo e reproduzindo os moldes do sistema capitalista, racista e patriarcal.

A presença feminina nesses espaços constitui, portanto, um ato de resistência (Costa, 2020). A academia ainda conserva traços profundos de machismo, que se manifestam não apenas nas relações cotidianas, mas também na produção e validação do conhecimento científico, inclusive na Geografia (Silva et al., 2009), como será discutido na última seção deste trabalho. Esse processo de exclusão intelectual tem raízes históricas: no século XIX, por exemplo, teorias médicas estadunidenses e europeias sustentavam que o estímulo intelectual entre os 12 e 20 anos poderia prejudicar o desenvolvimento do aparelho reprodutor feminino — evidenciando a aliança entre ciência e opressão (Blay & Conceição, 1991).

A partir da década de 1970, esse cenário começa a se modificar, ainda que de forma lenta e desigual. O fortalecimento dos movimentos feministas, tanto no Brasil quanto em outros países ocidentais, aliado à maior inserção das mulheres no mercado de trabalho formal, contribuiu para o aumento do acesso feminino ao ensino superior (Venturini, 2017). O feminismo brasileiro, contudo, não se desenvolveu de maneira isolada: ele dialoga com movimentos supranacionais e latino-americanos, conectando-se às lutas por igualdade e emancipação que marcaram as décadas de 1960 e 1970, como o movimento estudantil francês, as mobilizações pacifistas contra a Guerra do Vietnã e o movimento hippie (Costa, 2005).

Diante dessas questões, este trabalho tem como objetivo principal analisar a inserção das mulheres¹ nas universidades brasileiras, tomando como recorte empírico

¹ Este trabalho teve início com uma pesquisa de Iniciação Científica intitulada: Desigualdade de gênero na carreira acadêmica: a inserção da mulher nos cursos de graduação da UFMS, campus de Três Lagoas-MS. Protocolo: WCD4W.170621, período de 01/09/2021 à 31/08/2022, sob a orientação da Profa Dra Rafaela Fabiana Ribeiro Delcol.

a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus Três Lagoas, com foco nos cursos de Direito, Engenharia de Produção, Enfermagem, Medicina e Geografia. A seleção desses cursos busca contemplar diferentes campos do saber: Engenharia de Produção, pela vinculação às ciências exatas; Enfermagem e Medicina, representando as áreas biológicas e do cuidado; Direito, como curso tradicionalmente elitizado; e Geografia, que apresenta uma configuração mais equilibrada entre as áreas e perfis estudantis. O recorte temporal abrange da criação de cada curso até o ano de 2021.

Nossa hipótese de pesquisa sustenta que, embora o acesso e a permanência das mulheres no ensino superior tenham se ampliado — em alguns cursos, inclusive com predominância feminina, especialmente nas licenciaturas —, essa presença, juntamente a discussão dessa temática dentro do ensino superior, tendo a ajuda de movimentos feministas ao longo do tempo, pode ajudar a tensionar a hegemonia existente dentro da ciência, e transformar as estruturas patriarcais e machistas que moldam as universidades e a produção científica. No campo da Geografia, as raízes do machismo e da hegemonia se expressa na dimensão simbólica da dominação masculina (Bourdieu, 2019), ainda presente na definição dos temas, conceitos e autores que legitimam o conhecimento.

Metodologicamente, utilizamos dados quantitativos obtidos junto à Secretaria Acadêmica da UFMS/CPTL para traçar um panorama da presença feminina nos cursos analisados, bem como a distribuição das mulheres entre diferentes áreas. Em complemento, realizamos uma análise qualitativa a partir de pesquisas anteriores (Silva et al., 2009; 2020; Ramos & Milani, 2022; Milani, 2025) e de um levantamento nos planos de ensino do curso de Geografia, examinando a representatividade de autoras e a presença do termo “gênero” nas referências bibliográficas. Combinado a isso, o Capítulo 2 deste trabalho apresenta uma discussão teórica que fundamenta essa análise, abordando a construção histórica das desigualdades de gênero no capitalismo, a divisão sexual do trabalho, os processos de socialização que moldam as escolhas profissionais e acadêmicas dos indivíduos, e a forma como essas estruturas influenciam o acesso das mulheres ao ensino superior. Essa base teórica permite compreender como mecanismos sociais, culturais e simbólicos produzem e reproduzem hierarquias de gênero, influenciando tanto a ocupação dos espaços

universitários quanto a legitimação dos saberes científicos, ou seja, está presente tanto dentro do ambiente universitário quanto fora dele.

É importante destacar que, neste trabalho, na análise referimo-nos a homens e mulheres cisgênero, ou seja, pessoas cuja identidade de gênero corresponde ao sexo atribuído no nascimento. Reconhecemos que essa delimitação representa uma limitação importante da pesquisa, uma vez que homens e mulheres trans, assim como pessoas não binárias, enfrentam desigualdades e violências específicas no acesso, permanência e reconhecimento dentro do ensino superior. No entanto, por se tratar de uma etapa inicial do estudo, optamos por delimitar o recorte analítico à diferença entre homens e mulheres cis, sem ainda incorporar a necessária discussão sobre as experiências trans e dissidentes de gênero.

Os resultados preliminares indicam uma padronização histórica na concentração de mulheres nas áreas da saúde e das ciências humanas, contrastando com a baixa presença nas ciências exatas, embora com sinais de crescimento progressivo, como no caso da Engenharia de Produção (Ricoldi & Artes, 2016).

Mesmo diante de avanços e de um reconhecimento crescente do papel feminino na sociedade, persistem hierarquias simbólicas e estruturais que sustentam o machismo institucional. Assim, o texto está dividido em duas partes complementares: na primeira, apresentamos os dados quantitativos sobre o ingresso de estudantes na UFMS/CPTL, situando-os no contexto mais amplo das políticas de acesso ao ensino superior; na segunda, desenvolvemos uma análise qualitativa que problematiza as estruturas socioespaciais e epistemológicas que ainda reproduzem relações desiguais de poder entre homens e mulheres na universidade.

CAPÍTULO 1: A REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES NO ENSINO SUPERIOR

As mulheres foram, por muito tempo, excluídas da participação da vida pública, com trabalhos quase sempre vinculados às tarefas domésticas, cuidados do lar e com a família, o que limitou não só a oportunidade de estudar, mas também a de desenvolver atividades fora do espaço doméstico.

Durante a Revolução Industrial (século XVIII), as cidades europeias tiveram um acelerado crescimento populacional e foi trazido para as ruas uma mistura caótica de classes sociais e imigrantes. Junto com isso se fortaleceu um código rígido de etiqueta de distinção entre as classes sociais e entre homens e mulheres, sobretudo para proteger as mulheres brancas da alta classe (Kern, 2021).

É neste momento histórico que se reforça o “lugar” das mulheres brancas de elite e dos homens, respectivamente: espaço privado da casa e espaço público. Nos termos de Kern (2021, p. 15) uma senhora caminhando pela rua corria o risco do insulto máximo, ser confundida com uma “mulher pública”. As mulheres pobres, que vendiam a mão de obra nas fábricas, eram consideradas fracassadas, cuja incapacidade de manter seu lar limpo devia-se pela “desmoralização” da classe trabalhadora. Muito embora a “dona de casa” tivesse suas raízes nas condições sociais da burguesia e das classes médias, a ideologia do século XIX estabeleceu a dona de casa e a mãe como modelos universais de feminilidade (Davis, 2016), aquilo que fugisse desse modelo era visto como algo fora da esfera “natural” da mulher.

As atividades exercidas fora de casa eram consideradas degradantes e contrárias à vocação “naturalmente” feminina (Mourão & Galinkin, 2008). Isso é bastante significativo no Brasil, país em que as mulheres obtiveram o direito ao voto apenas em 1932.

Historicamente, na análise das relações dos movimentos e das lideranças femininas, perceberemos a constante necessidade da luta feminina para alcançar seus direitos, como o caso dos direitos à cidadania e ao voto, como forma de voz nas decisões políticas e sociais, com a capacidade de organização, e com imensa paciência, e resistência, um caminho longo em seu histórico, que prolongou-se nos Estados Unidos e Inglaterra por sete décadas, e no Brasil por quarenta anos, a contar da Constituinte do ano de 1891. Iniciou-se o sufrágismo, enquanto movimento, nos Estados Unidos, em 1848. Denuncia a exclusão da mulher da esfera pública, num momento em

que há uma expansão do conceito liberal de cidadania. (BRANCA & PITANGUY, 1982, p. 44).

O trabalho de Blay e Conceição (1991), mostram como o tema da desigualdade e relações de subordinação entre os gêneros foi introduzido no debate social como consequência dos movimentos sociais realizados por mulheres de diferentes condições socioeconômicas, como acadêmicas, sindicalistas, donas de casa etc. A constatação da discriminação salarial e a desigualdade na legislação dos direitos civis foram os primeiros problemas denunciados.

Entretanto, esses movimentos progressistas não ocorreram, necessariamente, de formas muito passivas, houve muita resistência e tentativas de se manter o *status quo* por parte, principalmente, daqueles a quem a luta era percebida como perda de hegemonia e poder². Assim, para que as mulheres pudessem ocupar os espaços universitários, não foi diferente, ocorreu de maneira gradativa – ainda em processo quando levamos em conta a qualidade dos estudos das mulheres, principalmente as que exercem também a maternagem³.

Nesse contexto, a sociedade brasileira vem apresentando mudanças sociais, a mulher está inserida nos espaços universitários, no entanto, cabe ainda refletir até que ponto essas mudanças têm se estabelecido nas questões que envolvem a inclusão, permanência e condições da mulher na universidade.

Segundo Blay e Conceição (1991), no Brasil, a primeira acadêmica a se formar em Direito foi em 1902 e apenas em 1911 diplomou-se a segunda. As primeiras mulheres que se diplomaram em Medicina datam de 1918 e, na Escola Politécnica, a primeira engenheira se formou apenas em 1928. Carreiras consideradas “tradicionais”, como a engenharia, só começaram a apresentar uma mudança no perfil dos estudantes a partir de 1940. Das três escolas (da Universidade de São Paulo/USP), a que mais se aproxima atualmente de uma composição igualitária por sexo é a faculdade de Direito, ainda assim, a presença feminina não alcança a proporção de 50%. Na faculdade de Medicina, apenas nos anos 1980, um pouco mais de 1/3 dos formandos eram mulheres. Na escola politécnica a proporção atinge, no

² Inclusive o poder econômico. Haja vista as muitas oposições, inclusive de parte do setor industrial, à Lei 14.611/2023, que prevê a obrigatoriedade de igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens (Agência Senado).

³ Maternidade e a maternagem são coisas distintas, a primeira é uma experiência natural e a segunda é um complexo fenômeno social e tanto uma quanto a outra são produzidas diferentemente em diferentes lugares e são indissociáveis de corpo, gênero, lugar e cultura (Przybysz, 2017).

máximo, 15% em alguns cursos como engenharia civil, eletrônica, produção e química (Blay & Conceição, 1991).

Ainda assim, há de se destacar que se nos anos de 1970 a luta das mulheres pelo acesso à universidade no Brasil se unia à luta contra a ditadura, as conquistas desse momento ocorreram depois de muita divulgação das demandas através de manifestações, panfletagem, palavras de ordem, grupos de consciência, atuação em bairros e associações. Hoje, a luta assume outras nuances, principalmente dentro do universo acadêmico, como por exemplo o tensionamento da própria produção científica, da conformação do pensamento acadêmico e das relações de poder dentro das universidades, muitas vezes silenciadas.

É fundamental constatar que nos últimos vinte anos o cenário da educação no Brasil teve mudanças significativas, houve ampliação de ofertas de vagas nas instituições de Ensino Superior, da rede pública e privada, devido a políticas públicas de governos que instigaram o ingresso de diversas pessoas nas universidades – como o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), no qual usa a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)- são condutas que contribuem para a redução de desigualdades sociais com rebatimentos na inserção das mulheres na Universidade.

A universidade é essencial no processo da escolarização e na aquisição não apenas de habilidades para o mercado de trabalho, como também de novos valores, práticas e visões de mundo. A estruturação de relações de gênero é proeminente tendo em vista essa questão, considerando que, historicamente, essa pauta intensificou os movimentos feministas (Guedes, 2008). “O direito ao saber, não somente à educação, mas à instrução, é certamente a mais antiga, a mais constante, a mais largamente compartilhada das reivindicações. Porque ela está ligada a outras frentes: a emancipação, a promoção, o trabalho, a criação, o prazer” (Perrot, 2007, p. 159), mas que saber é este? Quais os pilares e relações de poder estão embutidas (e silenciadas) neste saber?

Diversos estudos realizados no Brasil, evidenciam a existência de padrões de desigualdade de gênero nas universidades, um desses padrões é que as mulheres se concentram em algumas áreas do conhecimento específicas, como por exemplo os cursos de Enfermagem, Letras, Pedagogia, Psicologia e as Licenciaturas, de acordo com os dados do censo demográfico de 1970 e 2000 do IBGE (Guedes, 2008), cursos

ligados também aos cuidados de pessoas, o que quase sempre compõem o processo de formação das meninas⁴ (desde pequenas) em nossa sociedade.

Desde o nascimento há uma estrutura de poder que incide sobre as pessoas, os corpos cuja anatomia é reconhecida de um ou outro sexo recebem cargas culturais e expectativas de comportamentos que conformam as práticas de gênero (Silva, et al, 2020, p. 21)⁵. O processo de socialização e formação dos estereótipos dos corpos antecede o nascimento, notado na compra das roupas e objetos separados por cores, incumbindo o rosa para meninas e o azul para meninos. Os estereótipos estabelecidos na infância, a exemplo dos brinquedos e brincadeiras separados entre meninos e meninas, podem definir as escolhas das profissões no futuro. É comum ser estabelecido enquanto brincadeiras de meninas tudo aquilo que envolve cuidar da casa e dos filhos (bonecas, cozinha, lavar louça, passar roupa...), ou então professoras, modelos, o que produz e reforça um estereótipo do que é ser mulher e exercer um papel de mulher: cuidar da casa, do lar, da educação, se preocupar com a beleza e com a feminilidade - não que seja um problema optar por qualquer uma dessas profissões, a problemática se encontra na condicionalidade para essas escolhas e o pré-julgamento da incapacidade de fazer outras escolhas (Oliveri e Milani, 2021).

Além disso, costumeiramente são vistos com maus olhos/e ou estranheza quando crianças do sexo masculino brincam com esses mesmos brinquedos e brincadeiras citadas, o que ajuda a perpetuar a ideia de que homens não possam aprender e exercer as práticas do cuidado, quando isso acontece a masculinidade é quase sempre questionada. Para eles ficam os carrinhos, os aviões, as bolas e esportes em geral, e as brincadeiras de profissões como médicos, astronautas, bombeiros, policiais, políticos, líderes, cientistas etc., que são posições mais renomadas e valorizadas socialmente.

Apenas 30% das universitárias escolhem carreiras relacionadas à ciência, tecnologia ou matemática, segundo dados da Unesco. O peso dos estereótipos forjados desde a infância se reflete no que se busca quando adultos e adultas. Não só no âmbito profissional, mas, também, na vida pessoal.

⁴ Dentro da binaridade e construção dos gêneros masculino e feminino.

⁵ O gênero se produz por meio de uma sucessão repetida do corpo, das ações, dentro de um marco regulador muito estrito que se imobiliza com o tempo (Butler, 2007) e cria uma naturalização do que é ser homem e o que é ser mulher.

Ademais, impor clichês de gênero na sociedade limita o desenvolvimento das habilidades e capacidades. Das meninas/mulheres que chegam à universidade, só um terço opta por ciências. “O fato de estarem escolhendo profissões feminilizadas (elas) e masculinizadas (eles) nada mais é do que um reflexo da cultura na qual vivemos imersos em uma desigualdade tradicional e estrutural entre homens e mulheres”, afirmou Rosa Martínez, em uma matéria publicada no El País (2018).

Partindo da concepção dessa existência de desigualdade de gênero, sobretudo, nas escolhas dos cursos de graduação, a importância de compreender e analisar como essa situação vem se aprofundando ou não no decorrer dos anos, é de total relevância, uma vez que o acesso à universidade abre possibilidades de concorrência por melhores postos de trabalho (reflete a divisão sexual do trabalho) e, se tratando de relações de gênero, em ocupação de postos de poder/comando em que o homem é tradicionalmente mais admitido, sendo que a participação feminina em esferas importantes é ainda incipiente.

Conforme a Plataforma SmartLab, no Brasil, enquanto a média salarial para homens é de 3.300,00, para as mulheres é de 2.800,00⁶. Sobre a ocupação em cargos de direção entre homens e mulheres, mostram que os homens ocupam 61,8% dos cargos e as mulheres 38,2%. Essas diferenças também se notam drasticamente no estado do Mato Grosso do Sul. Segundo a Plataforma SmartLab, 63,1% dos cargos de direção existentes no estado são ocupados por homens, enquanto apenas 36,9% são ocupados por mulheres. A desigualdade de gênero no mercado de trabalho é entrecortada por diversos fatores. Acesso a formação qualificada, preconceito e cultura patriarcal, serviços pesados e braçais, filhos e licença maternidade, políticas internas são os fatores apontados pelo Instituto Patrícia Galvão como impedimentos para promoção de mulheres no setor privado⁷.

O que se vê, portanto, é que a desigualdade de gênero no Brasil é um fenômeno extremamente complexo que se manifesta em várias esferas sociais, atuando como fator de opressão e impondo barreiras, físicas e simbólicas, para mulheres, sobretudo para aquelas inseridas nos segmentos econômicos mais baixos, com menores rendimentos e que, em muitos casos, chefiam domicílios.

⁶ <https://smartlabbr.org/diversidade/localidade/5008305?dimensao=genero> Acesso em 22/11/2023.

⁷ <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/para-21-preconceito-e-principal-barreira-para-igualdade-de-genero-nas-empresas/>. Acesso em 21/11/2023.

Segundo a PNAD⁸ (2023), cerca de 45% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres, sendo que entre as mulheres negras esse percentual chega a mais de 55%. Apesar disso, os rendimentos médios das mulheres equivalem a apenas 78% da renda dos homens, diferença que se acentua entre mulheres negras, que recebem, em média, 40% a menos do que os homens brancos em funções equivalentes. Ressalte-se que, embora aqui importe a realidade do contexto brasileiro, esses dados são reflexos do que acontece também numa perspectiva mais ampla: de acordo com o Relatório Global de Desigualdade de Gênero 2024 (World Economic Forum), a paridade plena entre homens e mulheres no mundo só deve ser alcançada em aproximadamente 134 anos, caso o ritmo atual de mudanças seja mantido.

Ainda que alguns países tenham avançado na proposição de políticas de enfrentamento às desigualdades de gênero, ainda são muitas as barreiras vivenciadas por mulheres em diferentes contextos da vida social. Os desafios se intensificam quando analisados a partir de intersecções mais complexas — como classe, renda, raça e sexualidade — que ampliam a possibilidade de visão das camadas de desigualdade e evidenciam a necessidade de políticas públicas interseccionais e estruturais (Oliveira, 2024; Milani, 2024).

1.1 A universidade e o debate de gênero

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, foi criada por meio da Lei Estadual nº 2.947 em 1969, inicialmente, sob o nome de Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT), no qual o Governo do Estado de Mato Grosso criou o Instituto de Ciências Humanas e Letras. O Conselho Estadual de Educação do Estado, pela Resolução nº 29/70, de 4 de abril de 1970, renomeou o Instituto de Ciências Humanas e Letras que passou a funcionar como Centro Pedagógico de Três lagoas, com a oferta dos cursos de licenciatura em Pedagogia, Letras, História, Geografia e Matemática⁹.

⁸ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

⁹ Depois da federalização da UEMT com a instituição da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Lei Federal nº 6.674 de 1979), o Centro Pedagógico tornou-se Centro Universitário de Três Lagoas (CEUL). Somente em 26 de fevereiro de 2000, com a aprovação do Estatuto da UFMS por meio da Portaria MEC nº 1.100, de 13 de julho de 1999, o então Centro Universitário de Três Lagoas passou a se chamar Campus de Três Lagoas (CPTL). Disponível em: <https://www.ufms.br/campus-de-tres-lagoas-da-ufms-comemora-50-anos/>. Acesso em: 16/10/22.

No ano de 2020, o campus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (CPTL/UFMS) comemorou 50 anos de instalação. Atualmente (2024) o campus oferece dezessete cursos de graduação¹⁰ e seis Cursos de Pós-graduação. Dentre eles, selecionamos para este debate, cinco cursos de graduação: Geografia, Engenharia de Produção, Direito, Enfermagem e Medicina, buscando uma certa diversidade entre as áreas do conhecimento, mas que, ao mesmo tempo, abrange cursos de historicamente mais consolidados e outros que foram implementados com menos tempo e integrassem as áreas de humanas, biológicas e exatas.

O curso de Geografia é um dos mais antigos do campus e data de sua fundação em 1970 no período noturno. O curso de Direito teve início no período noturno no ano de 1996, e apenas em 2001 iniciou o período diurno. O curso de Enfermagem também iniciou seu funcionamento em 2001 como um curso diurno. Engenharia de Produção está entre os cursos mais recentes do campus, iniciando suas atividades em 2009, no período diurno também. O curso mais novo a ser implementado no campus é o de Medicina, de maneira integral, teve seu início em 2014.

De acordo com o Gráfico 1 desde o início (1996) até o ano de 2008, vemos um predomínio de ingressantes do sexo masculino¹¹ no curso de Direito. Já a partir de 2009 até o ano de 2021 o ingresso das mulheres ultrapassou o número de ingressantes homens, inclusive no montante total, que de 2622 de estudantes nesses vinte e um anos, ingressaram 1408 mulheres e 1214 homens.

¹⁰ Administração, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Direito (diurno e noturno), Enfermagem, Engenharia de Produção, Geografia (licenciatura e bacharelado), História, Letras (inglês, espanhol e literatura), Matemática, Medicina, Sistemas de Informação, Pedagogia.

¹¹ Lembrando que os dados disponibilizados pela secretaria acadêmica do campus são apenas a partir do ano 2000, pois, são aqueles disponíveis em formato digital, logo, os dados dos cursos em funcionamento antes desta data não foram passíveis de análise.

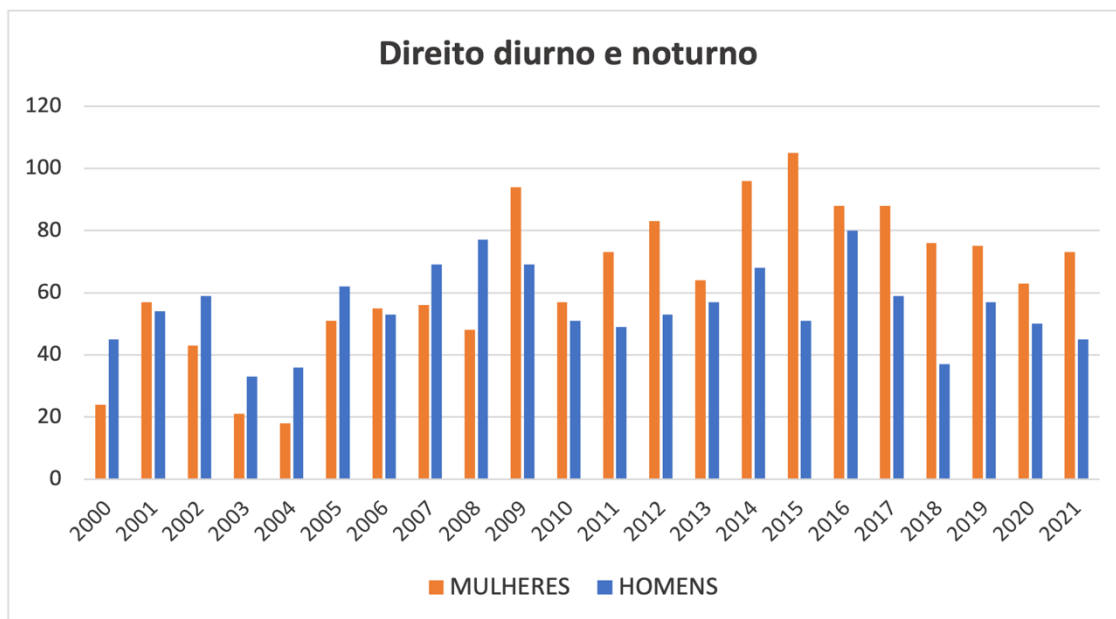


Gráfico 1: Entrada de alunos no curso de Direito, 2000-2021
 Fonte: UFMS, 2021. Elaboração própria.

A significativa entrada de mulheres no curso de Direito, é verificada não somente na UFMS/CPTL, mas em outras universidades, como apontam Carvalho e Rabay (2013) sobre a Universidade Federal da Paraíba a partir da década de 1970, “entre as alunas, os cursos mais escolhidos foram Direito, Psicologia, Jornalismo e Administração”, identifica-se uma preferência por cursos da área de humanas, entre as escolhas.

Por outro lado, quando analisamos os dados quanto à ocupação de cargos de maior poder e prestígio na área do Direito, o que impacta diretamente a questão salarial e posições de poder, vemos uma discrepância em relação à presença de mulheres estudantes de graduação no curso.

De acordo com o estudo “Cenários de Gênero”, realizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), os quatro ramos do Ministério Público - Federal, do Trabalho, Militar e do Distrito Federal e Territórios - e as 26 unidades dos Ministérios Públicos dos Estados, constam que a proporção da presença feminina e masculina são, respectivamente de 39% e 61%. Constatando que em cargos de maior poder, e principalmente políticos, as mulheres são minoria, o que é divergente quando comparamos quantitativamente o número de mulheres na educação superior, ou seja, existe sim uma ascensão da presença feminina se tratando da graduação, porém ao analisarmos o contexto fora da universidade, no mercado de trabalho ainda prevalece uma maior quantidade de homens que ocupam cargos privilegiados.

Além disso, desde a criação do Conselho Nacional do Ministério Público, em 2005, tiveram 11 mandatos de mulheres (11%) e 87 de homens (89%), em números isso representa 7 mulheres e 67 homens. Segundo a pesquisa, o Ministério Público do Mato Grosso do Sul (MPMS) tem 75 membros do sexo feminino (34,2%) e 144 do sexo masculino (65,8%), e em relação aos cargos de confiança dos últimos dois mandatos, a porcentagem de mulheres e homens são: Chefes de Gabinete 100% homens, Secretário Geral 33,3% mulheres e 66,7% homens e Assessor do Procurador-Geral de Justiça 40% mulheres e 60% homens.

Tendo como base os números de ingressantes do curso de Direito da UFMS-CPTL e os dados, vemos que mesmo que o número de mulheres esteja em ascensão dentro do ensino superior, o que se ainda vemos na sociedade, principalmente no mercado de trabalho é que ainda há a desigualdade de gênero, em que as mulheres estão em menor número, principalmente em cargos de maior nível, e essa questão se dá não por elas serem incapazes de ocuparem postos de comando, mas sim da constituição de estruturas de poder, preconceitos existentes na sociedade e sobrecarga de trabalho das mulheres que dificultam o acesso a estes cargos.

Esse cenário é corroborado pelos dados do estudo “Cenários de Gênero”, realizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP, 2018), que evidencia a persistente desigualdade entre homens e mulheres nos cargos de liderança do setor judiciário. Embora as mulheres representem 39% do total de membros do Ministério Público, elas ocuparam apenas 11% dos mandatos desde a criação do CNMP, em 2005. A disparidade se torna ainda mais evidente nos cargos de confiança, pois, nos dois últimos mandatos, todos os Chefes de Gabinete eram homens. Esses dados demonstram que, mesmo com o aumento da presença feminina no ensino superior e em carreiras públicas, essa ampliação ainda não se converteu em equidade nos espaços de poder. A desigualdade de gênero, portanto, mantém-se estruturada nas relações institucionais, refletindo barreiras históricas e sociais que continuam a limitar o acesso das mulheres a posições de maior prestígio e influência.

Isso que estamos falando, de um recorte de mulheres que possuem um conjunto de privilégios sociais, e mesmo assim dificuldades em chegar à esses lugares de lideranças e poder. Essa desigualdade se deve a diversos fatores interligados, sendo o principal deles a constituição histórica das estruturas de poder, que foram criadas e consolidadas sob uma lógica patriarcal, excludente e hierárquica,

na qual os homens ocupavam — e ainda ocupam — majoritariamente os espaços de decisão e liderança.

Essa lógica institucional perpetua uma cultura organizacional que privilegia comportamentos e redes de influência tradicionalmente masculinas, dificultando o acesso e a permanência das mulheres em cargos de prestígio e autoridade. Além disso, fatores culturais e simbólicos, como estereótipos de gênero, associam liderança a traços masculinos (como assertividade e racionalidade, como bastante é revelador os cargos de confiança, ocupados por homens¹²), enquanto as mulheres são frequentemente vistas como menos aptas para assumir funções de comando. Essa percepção, ainda que inconsciente e naturalizada socialmente, influencia processos seletivos, critérios de promoção e dinâmicas internas nas instituições. Soma-se a isso (o que potencializa essa desigualdade) a divisão desigual das responsabilidades domésticas e familiares, que historicamente recai sobre as mulheres, limitando sua disponibilidade para se dedicar integralmente à carreira — especialmente em funções de liderança que exigem alta carga horária e maior disponibilidade.

A discrepância sugere que, mesmo quando o acesso formal às carreiras é ampliado, as barreiras invisíveis — conhecidas como “teto de vidro” — continuam a limitar o avanço das mulheres às posições de maior poder e influência. Esse fenômeno reflete tanto práticas discriminatórias sutis quanto a persistência de redes de sociabilidade e de poder historicamente masculinas, que favorecem a ascensão de homens. Assim, os dados sobre o CNMP reforçam a necessidade de debater a democratização do acesso a cargos de liderança e a criação de mecanismos institucionais que garantam maior equidade de gênero, já que a representatividade feminina em instâncias superiores.

O curso de Geografia, por sua vez, data da fundação do próprio campus em 1970, contudo, como já destacado, os dados analisados são a partir do ano 2000. No período analisado o total de ingressantes foi de 1400 estudantes, 691 mulheres e 709 homens, esse dado demonstra certo equilíbrio entre os estudantes mulheres e homens no curso. Esse equilíbrio se manifesta na forma como o curso é estruturado em duas habilitações distintas: licenciatura e bacharelado. A primeira tem como foco a formação para o magistério, preparando o estudante para atuar na educação básica e refletir sobre os processos de ensino e aprendizagem. Já o bacharelado, por sua

¹² Que provavelmente outros homens delegaram essa confiança a eles.

vez, direciona-se para uma formação mais científica e técnica, voltada à pesquisa e à atuação em áreas que demandam domínio de ferramentas analíticas e quantitativas, como o geoprocessamento e o planejamento territorial.

Com base nas experiências e percepções construídas ao longo da graduação, é possível observar uma divisão simbólica e de valores entre os estudantes dessas duas áreas. Frequentemente, circula o discurso de que os licenciados recebem salários mais baixos e têm menor reconhecimento profissional, enquanto os bacharéis seriam mais valorizados por lidarem com conteúdos considerados “mais técnicos” e por atuarem em setores com maior retorno financeiro. Essa percepção, contudo, revela não apenas uma distinção curricular, mas também uma hierarquização social e simbólica do saber, na qual o ensino e a docência — atividades essenciais à formação crítica das pessoas — acabam sendo desvalorizadas em relação às práticas técnicas e instrumentais.

Ao analisarmos o ingresso de estudantes ano a ano, conforme apresentado no Gráfico 2, é possível identificar variações significativas na distribuição por gênero ao longo do tempo. Um dado que chama a atenção é o do ano de 2000, quando houve o ingresso de 114 alunos, sendo 79 mulheres e 35 homens — ou seja, o dobro de mulheres em relação aos homens. Embora esse resultado se destaque como uma exceção, sua veracidade foi confirmada pela secretaria acadêmica.

Nos anos subsequentes, observamos uma tendência inversa: a entrada de homens supera a de mulheres na maior parte do período analisado. Apenas em seis anos — 2000, 2001, 2004, 2009, 2017 e 2018 — o número de ingressantes do sexo feminino foi superior ao masculino. Em um intervalo de vinte e dois anos, portanto, a predominância feminina ocorreu em menos de um terço dos casos.

Essa oscilação pode estar relacionada a contextos históricos, sociais e institucionais específicos de cada período, que influenciam tanto o acesso ao ensino superior quanto as escolhas acadêmicas de homens e mulheres. Fatores como políticas de inclusão, transformações culturais sobre o papel da mulher nas ciências e mudanças nas condições socioeconômicas podem ter impacto direto sobre esses números.

Além disso, a divisão interna do curso entre licenciatura e bacharelado também contribui para essa dinâmica, uma vez que cada habilitação tende a atrair perfis

distintos de estudantes, conforme suas expectativas profissionais e suas afinidades com o ensino ou com áreas mais técnicas, como o geoprocessamento.

Embora o número total de ingressantes no período analisado aponte para um equilíbrio relativo entre os gêneros, as flutuações anuais revelam mudanças nas configurações institucionais do curso, demandas do mercado de trabalho e transformações nas percepções sociais sobre as áreas de atuação da Geografia. Esses movimentos, mais do que estatísticas, refletem as relações de gênero que atravessam o espaço acadêmico e os processos de escolha profissional.

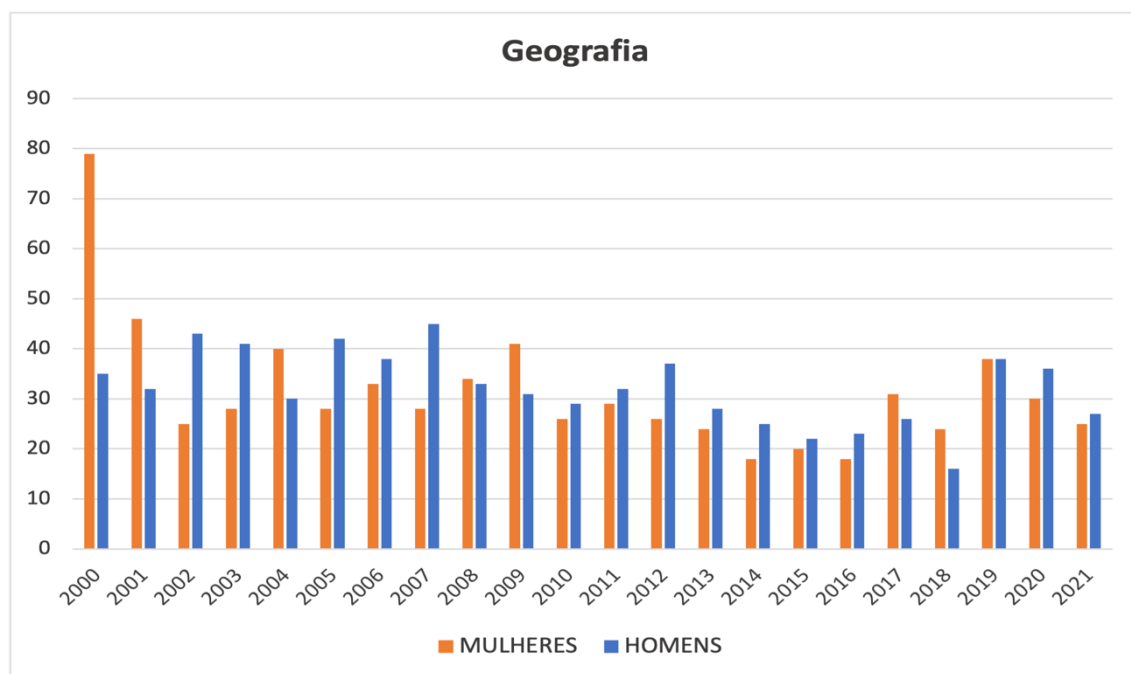


Gráfico 2: Entrada de alunos no curso de Geografia, 2000-2021
Fonte: UFMS, 2021. Elaboração própria.

Pressupomos que essa aparente equidade de entrada de estudantes mulheres e homens no curso de geografia, pode ocorrer: a) pelas características e amplitude que a ciência geográfica possui, ou seja, a geografia física, que trabalha com assuntos de caráter mais exato, matemático e estatístico, e a geografia humana, a área que aborda assuntos de ordem mais qualitativa e social, despertando assim o interesse de ambos os sexos e b) por ser também uma licenciatura¹³ o que está bastante vinculado a uma opção significativa entre as mulheres, bastante vinculado aos

¹³ Desde 2019 o curso também oferece a modalidade bacharelado.

estereótipos tramados desde a infância; ser professora é uma profissão aceita e reconhecida para as mulheres.

Ainda que não haja um forte desequilíbrio entre a inserção de estudantes homens e mulheres no curso de graduação em geografia (CPTL), quando analisamos os desdobramentos na profissão e as ocupações em cargos de maior poder e em atividades de pesquisa (que representa os graus mais altos da profissão, que exige muitas vezes pós-graduação), as diferenças são bastante grandes.

A pesquisa, intitulada “Geografias Feministas: papel do gênero na geografia brasileira”, publicada pelo Jornal da USP¹⁴ (Universidade de São Paulo), utiliza dados de uma importante revista de geografia (Revista Brasileira de Geografia) e mostra que os homens publicam mais artigos do que as mulheres em revistas de Qualis¹⁵ mais alto, havendo uma desigualdade de gênero, mesmo que as mulheres estejam em maior número na graduação, em que entre 1934 e 1955 a porcentagem de ingressantes de mulheres em cursos de graduação na USP era de 60% revelando que a maior presença numérica das mulheres na graduação não se traduz, necessariamente, em igualdade de oportunidades ou de reconhecimento no campo científico. Assim, a pesquisa aponta para a existência de mecanismos estruturais — como desigualdade no acesso a redes de pesquisa, sobrecarga de trabalhos domésticos, cuidado com os filhos e resistência à incorporação de perspectivas feministas — que contribuem para a manutenção de assimetrias de gênero na produção acadêmica em Geografia e, mais amplamente, nas ciências no Brasil.

Esse quadro de desigualdade evidenciado pela pesquisa nos convida a refletir sobre a trajetória histórica e contemporânea das mulheres no campo da Geografia. Embora os dados de ingresso na graduação indiquem, em determinados períodos, uma participação feminina equivalente ou até superior à masculina, essa presença não se traduz de forma proporcional na produção científica, na ocupação de cargos de prestígio acadêmico ou mesmo na inserção no mercado de trabalho.

As desigualdades persistem porque estão enraizadas em estruturas sociais e institucionais que continuam afetando de maneira desigual as trajetórias profissionais

¹⁴ Disponível em <https://jornal.usp.br/artigos/geografia-feminina-papel-do-genero-na-geografia-brasileira/>. Acesso em 10 de setembro de 2025.

¹⁵ O Qualis é um sistema de avaliação criado e mantido pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), no Brasil. Ele é utilizado para classificar a qualidade da produção científica dos programas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado).

das mulheres. Entre os fatores que reforçam essa disparidade estão a sobrecarga com o trabalho doméstico e de cuidado, a menor inserção em redes consolidadas de pesquisa e poder acadêmico, e a resistência institucional à incorporação de perspectivas feministas e de gênero nas ciências.

Esses elementos compõem uma hierarquia de gênero que se manifesta tanto nas relações cotidianas dentro das universidades quanto na forma como o conhecimento geográfico é produzido, validado e valorizado. Assim, embora o aumento da presença feminina no ensino superior — e especificamente nos cursos de Geografia — represente um avanço significativo, o simples acesso não garante igualdade de oportunidades, reconhecimento ou condições de ascensão profissional.

Portanto, compreender a presença das mulheres na Geografia exige ultrapassar os muros das universidades e considerar o contexto social mais amplo, marcado pela permanência de estruturas patriarcais, machistas e androcêntricas que moldam tanto a educação quanto o mundo do trabalho científico.

É importante destacar que as mulheres conquistaram o direito ao voto apenas em 1932 (93 anos)¹⁶, o que torna ainda mais significativas as estatísticas, especialmente levando em consideração o contexto histórico brasileiro. No que se refere à participação feminina em bolsas de pesquisa, dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) indicam que, em 2007, as mulheres representaram 56% dos beneficiários das bolsas de Iniciação Científica concedidas pelo governo. Já nas modalidades de mestrado e doutorado, a participação feminina foi de 52% e 50%, respectivamente. Na profissão docente nas universidades, em 1955 os homens estavam em 91%, enquanto as mulheres por sua vez representavam 9%. Já em 2017, houve uma ascensão gradativa da presença feminina, ocupando 31% das vagas, enquanto os homens estavam em 69%, segundo a pesquisa citada acima. De acordo com Silva et. al (2009) isso se dá não pelo fato das mulheres serem incapazes de ocupar um cargo de maior posto, mas sim da própria constituição do poder, que impõe barreiras e dificultam o acesso e a permanência, tornando o processo mais difícil.

No âmbito das bolsas e do financiamento de pesquisas, por meio de editais como os do CNPq¹⁷, a desigualdade de gênero também se expressa de forma

¹⁶ Nos referimos à 2025, ano em que finalizamos essa pesquisa de monografia.

¹⁷ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, uma agência do governo federal vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

contundente. Na Chamada 46/2024 – INCT, das 651 propostas submetidas, apenas 174 foram lideradas por mulheres (26,7%). A disparidade se acentua quando observamos as propostas aprovadas: entre as 121 selecionadas, somente 24 têm coordenação feminina (19,8%). Isso significa que, enquanto a taxa de sucesso para homens foi de 20,3%, para mulheres foi de apenas 13,8%, revelando uma diferença significativa de oportunidade de acesso a recursos estratégicos para a consolidação da carreira científica.

Do ponto de vista financeiro, a situação mostra-se ainda mais preocupante: apenas 8,1% da demanda apresentada por mulheres foi atendida. Esses números não apenas evidenciam a sub-representação feminina em posições de liderança em grandes projetos, mas também revelam um viés na distribuição de recursos, que tende a perpetuar desigualdades históricas no campo científico. Afinal, a menor aprovação de projetos coordenados por mulheres significa menos financiamento, menos infraestrutura e menor possibilidade de inserção em redes científicas de prestígio — fatores decisivos para a consolidação de trajetórias acadêmicas de destaque — isso inclui as publicações em revistas mais qualificadas e de maior alcance.

Por sua vez, o curso de Engenharia de Produção (área de exatas) teve início no ano de 2009, no período diurno, logo, é um curso em que o ingresso se dá por aqueles que têm maior disponibilidade (de tempo e recursos financeiros) para a sua permanência e manutenção no curso. O que se difere de grande parte dos estudantes do período noturno, que trabalham durante o dia e estudam a noite e nesse cotidiano lidam com várias dificuldades, principalmente cansaço e falta de tempo para os estudos, como mostrou a pesquisa de Silva (2023) e ainda que em um contexto urbano diferente analisa D’Andrea¹⁸, quando analisa os jovens da periferia que chegam às universidades e têm suas “trajetórias quebradas”, dificultadas cotidianamente.

Como pode ser observado no Gráfico 3, com exceção dos anos 2010, 2014 e 2017 (empate) há o predomínio de ingressantes do sexo masculino, discrepância observada no total de ingresso no período 315 mulheres e 401 homens. Contudo, nos dois últimos anos, 2020 e 2021, podemos verificar uma diminuição nesta diferença.

¹⁸ O pesquisador trata de jovens moradores da periferia da metrópole de São Paulo, com relações espaço-tempo diferentes do nosso contexto de pesquisa, ainda que algumas características se assemelham quando tocamos nas dificuldades vivenciadas.

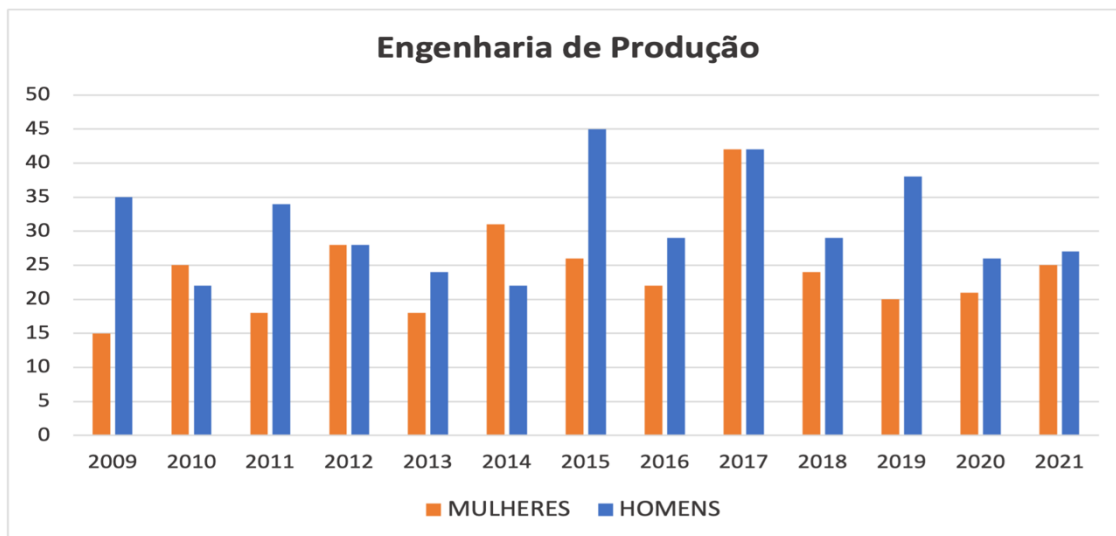


Gráfico 3: Entrada de alunos no curso de Engenharia de Produção, 2009-2021

Fonte: UFMS, 2021. Elaboração própria.

A entrada mais lenta de mulheres no curso de Engenharia de Produção, pode ser explicado, em parte, por razões históricas e sociais, como afirma Barbosa (2016, p.57),

Historicamente, homens e mulheres têm papéis distintos, a mulher geralmente se ocupa com os afazeres da vida privada como cuidar da casa e da família e o homem com a vida pública, trabalhando fora de casa. Esta é uma forma de discriminação que faz com que estes sejam valorizados de modo diferente, não podendo se afastar da ordem estabelecida pelos estereótipos machistas.

Apesar desta afirmação, Ricoldi e Artes (2016, p.158), apontam para “de forma geral, em que pese algumas exceções, há um movimento de entrada das mulheres em áreas masculinas, porém, o movimento contrário é discreto.” Isso fica evidente nos dois últimos anos de análise do curso de Engenharia de Produção.

De acordo com o Relatório de Ciências, publicado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), publicado no ano de 2021, revelou que mundialmente as mulheres ainda representavam apenas 28% dos graduados em engenharia e 40% dos graduados em ciência da computação e informática.¹⁹ Essa proporção, embora relevante, ainda indica uma clara sub-

¹⁹ Matéria publicada no site da UNESCO, em 11 de fevereiro de 2021, sendo possível ter acesso no link <https://brasil.un.org/pt-br/111497-mulheres-representam%C2%A0apenas%C2%A028-dos-graduados-em-engenharia%C2%A0#:~:text=Mulheres%20representam%20apenas%2028%25%20dos,As%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas%20no%20Brasil>.

representação no campo da engenharia. Dados do CONFEA/CREA²⁰ (2024) reforçam esse quadro: apenas 20% dos profissionais registrados em carreiras de engenharia — incluindo engenheiras, agrônomas, geógrafas e meteorologistas — são mulheres. Isso revela que, mesmo em engenharias com potencial feminização como a Engenharia de Produção, a presença feminina continua limitada.

O curso de Enfermagem foi criado em 1999, iniciando suas atividades de ensino em 2000, no período diurno. Desde a primeira turma, é possível observar uma diferença expressiva e constante entre o número de mulheres e homens ingressantes, revelando um perfil fortemente feminizado da área. Ao longo de todo o período analisado, dos 954 alunos matriculados, 826 foram mulheres e apenas 128 homens, configurando-se como o curso com maior disparidade de gênero proporcional entre todos os aqui estudados, conforme mostra o Quadro 4.

Essa predominância feminina não é um fenômeno isolado, mas reflete uma tendência histórica e socialmente construída, em que as profissões ligadas ao cuidado, à saúde e à assistência foram culturalmente associadas ao universo feminino (Milani e Oliveri, 2022). Desde o surgimento da Enfermagem moderna, no século XIX, com Florence Nightingale, a profissão foi marcada por um discurso moralizador que vinculava o cuidado ao “instinto natural” das mulheres. No entanto, essa associação também tem contribuído para a desvalorização simbólica e material do trabalho de enfermagem, reproduzindo estereótipos de gênero que limitam o reconhecimento profissional e a ascensão das mulheres na hierarquia da saúde (Nogueira, 2001).

Assim, ao mesmo tempo em que os dados quantitativos demonstram a forte presença feminina no curso de Enfermagem, eles também suscitam reflexões sobre como as construções históricas de gênero continuam a orientar as escolhas profissionais e a influenciar as desigualdades no interior do próprio campo da saúde.

²⁰ Dados tirados do site da CREA-DF, sendo possível acessá-los pelo link [https://www.creadf.org.br/noticias/noticias-433#:~:text=Dados%20do%20Conselho%20Federal%20de%20Engenharia%20e,Conselhos%20Regionais%20de%20Engenharia%20e%20Agronomia%20\(CREAs\).](https://www.creadf.org.br/noticias/noticias-433#:~:text=Dados%20do%20Conselho%20Federal%20de%20Engenharia%20e,Conselhos%20Regionais%20de%20Engenharia%20e%20Agronomia%20(CREAs).)

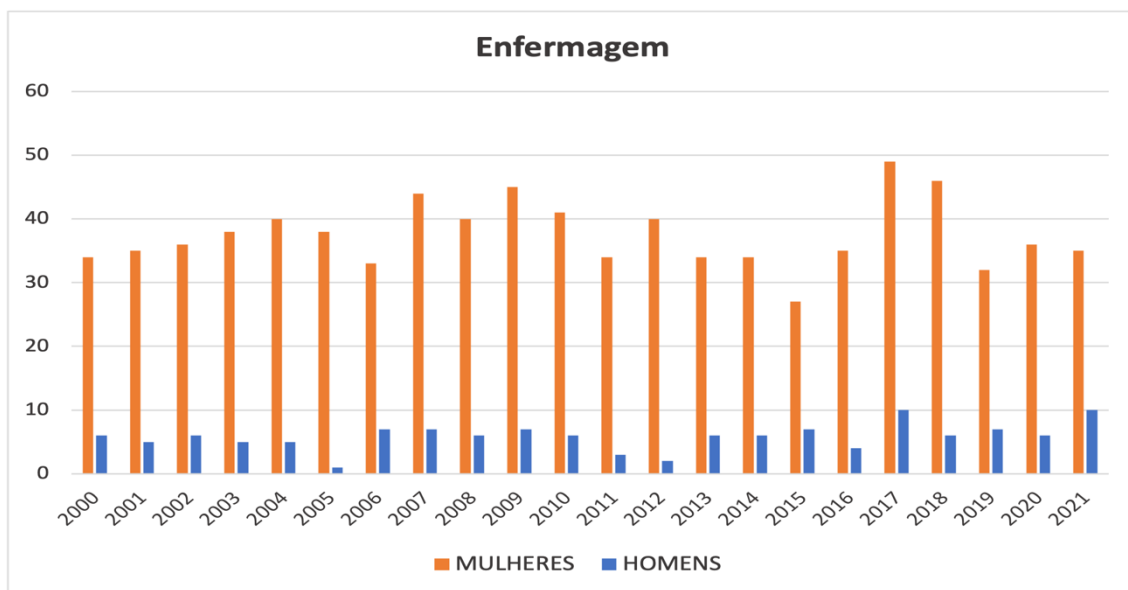


Gráfico 4: Entrada de alunos no curso de Enfermagem 2000-2021

Fonte: UFMS, 2021. Elaboração própria.

Retomando a reflexão, segundo o Gráfico 4, fica evidente que em todo o período de existência do curso de Enfermagem, a entrada de mulheres foi muito maior que a de homens. Como explicitamos há uma divisão de papéis entre os homens e mulheres, essa diferenciação histórica pode contribuir nessa diferenciação tão significativa, uma vez que a enfermagem é um curso que tem por objetivo cuidar.

Essa maior presença feminina também é percebida no curso de Medicina, como pode ser observado no Gráfico 5. O curso que teve suas atividades iniciadas apenas em 2014 no período diurno (é integral) é o mais recente do campus de Três Lagoas. Com uma média de 60 ingressantes por ano, em todo o período analisado o ingresso de mulheres tem sido maior, de 488 ingressantes, 293 foram mulheres e 195 homens, contudo, através do gráfico, é perceptível que esta diferença entre os gêneros venha diminuindo a partir de 2018.

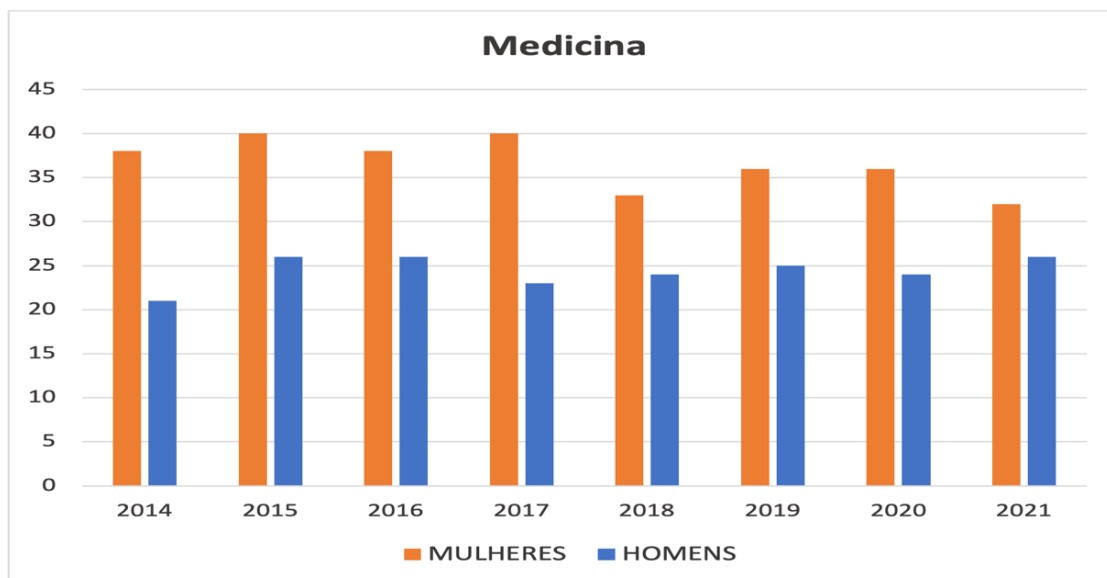


Gráfico 5: Entrada de alunos no curso de Medicina 2014-2021

Fonte: UFMS, 2021. Elaboração própria.

Por se tratar de um curso ligado ao cuidado com o outro, a Medicina conta majoritariamente com a presença feminina. No entanto, diferencia-se da Enfermagem tanto em relação aos conteúdos de formação quanto às atividades profissionais exercidas, destacando-se sobretudo pelas maiores remunerações e pelas posições de maior prestígio social que confere a seus profissionais. Ricoldi e Artes (2016, p.159) destacam em seu trabalho que “as mulheres são maioria nos cursos das ciências humanas (ciências da educação e língua materna) e em carreiras da saúde (enfermagem, terapia e reabilitação, por exemplo), em cursos ligados ao cuidado.” Portanto, os dados de ingresso nos cursos de Enfermagem e Medicina da UFMS campus de Três Lagoas, guardadas as devidas proporções, não fogem ao que já vem sendo identificado por outras pesquisas.

A partir da análise do ingresso quantitativo em cada um dos cursos selecionados, foi possível identificar que há uma padronização da inserção das mulheres em cursos de áreas específicas, como maior ingresso de mulheres na área da saúde e das ciências humanas (principalmente licenciaturas, o que também afirmamos baseando-nos em pesquisas já realizadas) e por outro lado, há um menor ingresso de mulheres em cursos da área de exatas.

Os cursos diurnos podem ser uma dificuldade para algumas mulheres, pois muitas delas além de dar conta da vida acadêmica, têm as muitas demandas da casa, dos filhos, algumas chefiam domicílios, inclusive, assim dentro do recorte de gênero

entram outros eixos identitários como ser mãe, raça e a classe social neste debate – o que chamamos de interseccionalidade.

Diante do exposto, quantitativamente o número de mulheres no ingresso dos cinco cursos de graduação citados está em ascensão, mas quando enfocamos os pormenores e as estruturas de poder que inibem a chegada de mulheres em cargos e posições de maiores salários e de poder, vemos que a realidade se complexifica. Nessas posições, a presença feminina ainda continua sendo minoria, como demonstrado anteriormente nos cursos de Direito e Geografia, e também de forma mais ampla na produção científica e nas hierarquias institucionais de diversos campos do conhecimento.

Essa discrepância entre o aumento da presença feminina no ensino superior e a sub-representação em cargos de prestígio evidencia a persistência de mecanismos estruturais de desigualdade. Mesmo quando as mulheres alcançam níveis educacionais semelhantes aos dos homens, elas enfrentam barreiras simbólicas e materiais que dificultam o avanço nas carreiras acadêmicas e profissionais. Entre esses obstáculos, destacam-se o preconceito de gênero, a naturalização da divisão sexual do trabalho — que associa as mulheres às funções de cuidado e aos espaços privados — e a falta de políticas institucionais efetivas de promoção da equidade.

Além disso, a lógica patriarcal que historicamente estruturou o campo científico ainda se manifesta na forma como o conhecimento é produzido e validado. Autoras feministas, como Bourdieu (2019) e Scott (1995), demonstram que o saber científico carrega marcas de uma hierarquia simbólica que tende a desvalorizar as contribuições das mulheres, especialmente quando associadas a perspectivas críticas, afetivas ou de cuidado. Assim, a desigualdade de gênero nas universidades e no mercado de trabalho não se reduz a uma questão de acesso, mas se estende à permanência, à valorização, reconhecimento do trabalho feminino e suas posicionalidades na própria produção do conhecimento, no campo epistêmico, que permanece sendo androcêntrica.

CAPÍTULO 2: VOCÊ SEMPRE VÊ, AS ESTRELAS SÃO SEMPRE OS HOMENS, NUNCA AS MULHERES

Trabalhamos nessa seção com a hipótese central do trabalho de que a inserção significativa das mulheres na universidade e de modo específico no curso de geografia não modifica as estruturas machista e patriarcal que moldam tanto a conformação universitária quanto a produção do conhecimento.

A universidade é um segmento da sociedade em que são encontrados elementos representativos de suas várias vertentes. Se, na sociedade, a questão das relações sociais de gênero é nova e controversa, o mesmo ocorre na universidade (Blay e Conceição, 1991). Ainda que não seja novo, o debate sobre gênero e sexualidades, principalmente na geografia, ainda é periférico (do ponto de vista epistemológico), mesmo com consideráveis conquistas nos últimos anos²¹.

Porém, ainda é significativa a ausência dessa temática nas disciplinas e debates acadêmicos. Em nome de uma ciência positiva e objetiva tende a ser afastados temas controversos, que geram certos desconfortos e polêmicas no âmbito acadêmico. Mas nem por isso ausentes das práticas sociais (Blay e Conceição, 1991), pelo contrário, muito presentes e latentes em várias dimensões da sociedade e por isso precisa adentrar aos espaços universitários.

A ciência geográfica além de androcêntrica e branca, é um campo em que os pesquisadores tendem a utilizar o discurso da neutralidade e objetividade científica para produzir e reproduzir conceitos, noções, metodologias e por conseguinte, gerar resultados de pesquisas (Milani, 2021; Milani, 2025). Os conceitos e metodologias não são neutros ou capazes de revelar verdades absolutas, são ferramentas que precisam ser questionadas em sua capacidade de produzir resposta a determinados problemas (Silva *et al*, 2020), por isso passíveis de tensionamentos e mudanças – para isso é preciso desnaturalizar o próprio processo de produção científica.

²¹ Além de publicações em revistas qualificadas sobre o assunto e do fortalecimento da Revista Latino Americana de Geografia e Gênero, o debate de gênero comparece em alguns dos principais eventos da geografia contemporânea como por exemplo em mesas redondas: a) “Geografias, gêneros e questões étnico-raciais” Enanpege 2019 e b) “Geografias feministas, das sexualidades e das subversões da identidade de gênero nos territórios de vida” Enanpege 2023, assim como a permanência do GT “Geografia e diversidade, gêneros, sexualidades, etnicidades e racialidades” (Enanpege), por exemplo, dentre outros que mostram a inserção deste debate no âmbito da geografia brasileira.

A entrada de mulheres nos cursos superiores de geografia e, por conseguinte nas carreiras do magistério não provocou significativas tensões e questionamentos sobre a ausência de suas próprias espacialidades, histórias e identidades nos conteúdos que pesquisam, ministram.

Paradoxalmente, o trabalho docente e científico feminino produz e reproduz sua própria invisibilidade na geografia brasileira (Silva *et al*, 2009; Milani, 2025). O que se liga ao poder instituído tanto na prática de se trabalhar os conteúdos em sala de aula, quanto e principalmente, as referências bibliográficas acionadas e que predominam nos planos de ensino, as quais pouco permitem que os estudantes em suas multiplicidades de gêneros, sexualidades, raças apareçam nos discursos e investigações geográficas (Milani, 2022; Milani, 2025).

Como forma de contraposição a essa suposta neutralidade e objetividade científica há as perspectivas feminista e decolonial, cujos pilares incentivam ao questionamento e a contestação dos lugares hegemônicos de fala (escrita e produção do conhecimento), a partir dos quais o pensamento é produzido (Rea, 2018). Vemos que a universalidade se torna, de modo relativo, reducionista (Haraway, 1995, p. 16), inclusive quando uma linguagem é imposta como parâmetro para todas as traduções e conversões²². Isso é frequente em nosso cotidiano acadêmico, que impõem inclusive limites epistemológicos na construção de objetos de pesquisa, sobretudo pelos estudantes.

O espaço é quase sempre compreendido enquanto absoluto, das (grandes) relações e trocas econômicas, produzido pela ação do capital, os debates que levam em conta o espaço diferencial (Lefebvre, 2000) produzido cotidianamente e corporalmente ainda é pouco presente²³.

Existe uma relação de poder inclusive do que é ou deixa de ser pesquisado e como pesquisar – do ponto de vista metodológico²⁴, explicitando as geometrias do

²² Esta é a fantasia mortal que as feministas e outros identificaram em algumas versões das doutrinas de objetividade a serviço de ordenações hierárquicas e positivistas a respeito do que se pode ter validade como conhecimento, assim evidencia Haraway (1995, p. 17), ela trabalha com a teoria feminista dos saberes localizados.

²³ Este espaço é produzido pelos corpos, pela prática espacial produtora que não está apenas localizada no espaço, mas é o próprio espaço.

²⁴ Haja vista também a pouca reflexão metodológica nos percursos de pesquisas na geografia, como mostram os trabalhos de Turra Neto (2011) e Milani (2021). Por outro lado, trabalhos que mostram de forma bastante detalhada os percursos metodológicos percorridos ao longo do processo de pesquisa, devem ser destacados, os quais legitimam as informações produzidas e geradas, como: GOES, E. M., MELAZZO, E. S. (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em estudos urbanos**. Procedimentos,

poder (Massey, 1991) implícitas na produção científica²⁵. O Quadro 6 mostra a relação entre os autores e autoras com altos índices de citações (índice h) e alta produtividade na geografia brasileira, referente ao ano de 2017.

PESQUISADOR (A)	INSTITUIÇÃO	IH
Milton Santos (In Mem.)	USP	>50
Paul Claval (Estrangeiro)	USP	42
Roberto Lobato Correa	UFRJ	38
Bertha K. Becker (In Mem.)	UFRJ	38
Bernardo Mançano Fernandes	UNESP PP	32
Ana Fani Alessandri Carlos	USP	29
Rogério Haesbaert Da Costa	UFF	29
Carlos Walter Porto Gonçalves	UFF	28
Francisco De Assis Mendonça	UFPR	28
Maria Encarnação Sposito	UNESP PP	28
Ruy Moreira	UFF	28
Maria Laura Silveira	USP	24
Manuel Correia De Andrade (In M.)	USP	24

Quadro 6: Autores e autoras com altos índices de citações (índice h) e alta produtividade na geografia brasileira

Org: Tamires Regina Aguiar de Oliveira Cesar. Acesso em julho de 2017.

Fonte: Silva et al, 2020.

Dos treze pesquisadores do quadro, nove são homens, o que gera impactos significativos na produção científica²⁶. Ao encontro disso, realizamos uma pesquisa no plano de ensino da disciplina “Introdução à Ciência Geográfica”, ministrada no

instrumentos e operacionalização. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2022. MILANI, P. H.; GÓES, E. M. Metodologia qualitativa na análise de práticas espaciais. In: SPOSITO, M. E. B., SPOSITO, E. S. (Orgs.). **A construção de uma pesquisa em Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: Consequência, 2022. p. 173-185.

²⁵ A espacialidade produzida pelas geometrias de poder do conhecimento geográfico brasileiro não é resultado da concentração da capacidade intelectual de alguns cérebros privilegiados de homens que trabalham em universidades do sudeste em conceber conceitos de maior adequação para a compreensão da realidade. Essa espacialidade se deve à concentração de recursos econômicos e simbólicos presentes na produção científica brasileira, segundo Silva et al (2020).

²⁶ Na pesquisa de doutorado Cesar (2019) trabalhou com a questão central: ‘Como o gênero compõe as trajetórias acadêmicas de pessoas centrais na produção do conhecimento geográfico brasileiro?’; inserida na epistemologia feminista, a pesquisadora chega a resultados impactantes de pesquisa, por meio de levantamentos quantitativos da produção científica geográfica brasileira e por meio de análises qualitativas de entrevistas feitas com pesquisadores e pesquisadoras do país. A constatação da diferença de produtividade não é suficiente para compreender a estruturação da ciência pelo viés de gênero. Era preciso conhecer as histórias de vida das pessoas que constituíam uma forte produção científica e que acabavam sendo os produtores de conceitos e métodos que faziam a Geografia no Brasil (Cesar, 2019, p.22).

primeiro semestre no curso de Geografia, da UFMS-CPTL, em que a ementa vai apresentar os seguintes pontos: “História do pensamento geográfico. A formação da Geografia como ciência moderna. As vertentes atuais do movimento de renovação da geografia. A abordagem ambiental na ciência geográfica ao longo da história do pensamento geográfico. As novas relações espaço-tempo e os desafios para a ciência geográfica na atualidade”. Os objetivos da disciplina são “Compreender as fases de sistematização da ciência geográfica; analisar as correntes do pensamento Geográfico, discutindo as influências de cada uma delas na construção da ciência geográfica; verificar como se deu a abordagem ambiental em cada etapa da história da Geografia. Discutir o movimento de renovação da Geografia e suas novas tendências”.

Os autores e autoras, indicados nas referências da disciplina, foram organizados em um quadro, separados por gênero – Quadro 7: “Referências bibliográficas da disciplina “Introdução à Ciência Geográfica (UFMS/CPTL)”. Em complemento, elaboramos outra tabela com os mesmos nomes, desta vez analisando as instituições em que exerceram influência acadêmica. Esses dados, quando analisados em conjunto com o que debatemos até aqui, revelam uma realidade contraditória: por um lado, observamos numericamente o aumento da entrada de mulheres no meio acadêmico, nos cursos de graduação — ainda que de forma gradual e limitada —, mas, por outro, notamos que as mulheres ocupam espaços menores em relação às pesquisas de maior nível e no espaço docente, na produção de conhecimento “replicado” em diferentes escalas nas universidades brasileiras, de modo mais específicos, nos cursos de graduação em Geografia. No Quadro 7, é possível observar os autores e autoras usados no plano de ensino da disciplina mencionada.

AUTORES(AS)	GÊNERO	OBRAS REFERENCIADAS
Manuel Correia de Andrade	Masculino	Geografia Ciência da Sociedade – Uma introdução a análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.
Ideni Terezinha Antonello (org.)	Feminino	Múltiplas Geografias: Ensino – Pesquisa – Reflexão. Londrina: Humanidades, 2005. V. II.
Marilena Chauí	Feminino	O que é ideologia. São Paulo: Brasiliense, 1986.
Antonio Christofolletti	Masculino	Perspectiva da Geografia. São Paulo: Difel, 1982.
Roberto Lobato Corrêa	Masculino	Região e Organização Espacial. São Paulo: Ática, 1986.
Olivier Dolfuss	Masculino	A Análise Geográfica. São Paulo: Difel, 1973. 130 p.
Marcelo Escolar	Masculino	Crítica do discurso geográfico. São Paulo: Hucitec, 1996.
Paulo César Gomes	Masculino	Geografia e Modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.
Yves Lacoste	Masculino	A Geografia: isso serve para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988.
Antonio Carlos Robert Moraes	Masculino	Geografia: Pequena História Crítica. 20 ed. São Paulo: Hucitec, 2005.
Ruy Moreira	Masculino	O que é Geografia. São Paulo: Brasiliense, 1986.
Massimo Quaini	Masculino	Marxismo e Geografia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
João Ribeiro Júnior	Masculino	O que é Positivismo. 5 ed.

		São Paulo: Brasiliense, 1986.
Milton Santos	Masculino	Por uma Geografia Nova. São Paulo: Difel, 1980.
Nelson Werneck Sodré	Masculino	Introdução à Geografia – Geografia e Ideologia. Petrópolis: Vozes, 1977.

Quadro 7: Referências bibliográficas da disciplina “Introdução à Ciência Geográfica” (UFMS/CPTL)

Org: Milena de Carvalho Nishimura Camargo (2025).

Com base na análise das referências bibliográficas presentes no plano de ensino da disciplina, podemos observar uma predominância de obras escritas por autores homens. Das 15 obras, apenas duas são de autoras mulheres (Marilena Chauí – que não é da área de Geografia – e Ideni Terezinha Antonello – mulheres brancas), e um fator interessante é que a autora Marilena Chauí não é geógrafa, tendo o pensamento voltado principalmente para a filosofia. O que evidencia o que já abordamos durante essa pesquisa: a baixa representatividade feminina nas obras selecionadas para trabalhar os conteúdos geográficos no curso de graduação.

Para complementar a nossa pesquisa, pensamos em ter em mente propostas de autoras e pesquisadoras mulheres dentro do ramo da Geografia que poderiam ser citadas nas referências bibliográficas da disciplina analisada, e algumas delas são autoras dos capítulos que compõem o livro: “As geógrafas na história do pensamento geográfico: uma breve introdução”²⁷, no qual o objetivo é destacar a importância das geógrafas na construção do pensamento geográfico e oferecer caminhos para que professores e pesquisadores incluam suas contribuições. Os artigos do livro defendem que essas mulheres sejam vistas como autoras de suas próprias ideias e não como figuras secundárias, ajudando a reparar sua exclusão na história da ciência. Outra

²⁷ Um pouco mais desse livro: [https://www.consequenciaeditora.net.br/p-11244914-*AS-GEOGRAFAS-NA-HISTORIA-DO-PENSAMENTO-GEOGRAFICO-Uma-Breve-Introducao.-Guilherme-dos-Santos,-Larissa-Araujo,-Rizia-Mendes-\(Orgs.\).](https://www.consequenciaeditora.net.br/p-11244914-*AS-GEOGRAFAS-NA-HISTORIA-DO-PENSAMENTO-GEOGRAFICO-Uma-Breve-Introducao.-Guilherme-dos-Santos,-Larissa-Araujo,-Rizia-Mendes-(Orgs.).)

sugestão de referências a serem utilizadas na disciplina são as autoras Livia de Oliveira²⁸ e Dirce Suertegaray²⁹.

Vemos o poder masculino manifestar-se de maneira profunda na determinação do quadro conceitual hegemônico da Geografia brasileira, em que a ciência ainda é produzida majoritariamente por homens e a partir de lugares de enunciação que refletem as hierarquias estruturais do campo científico. As universidades localizadas nos grandes centros urbanos — especialmente nas regiões Sul e Sudeste — concentram a maior parte dos recursos, editais de fomento e oportunidades de pesquisa, o que reforça uma lógica centralizadora e excludente. Essa estrutura não apenas define quem produz o conhecimento, mas também o que é considerado legítimo como saber científico, reproduzindo desigualdades de gênero, classe e território.

Historicamente, a Geografia brasileira foi construída a partir de uma epistemologia androcêntrica, que privilegia olhares neutros e universalistas — frequentemente apresentados como “objetivos” — mas que, na prática, refletem experiências e valores masculinos e eurocêntricos. Essa hegemonia invisibiliza outras perspectivas de produção do espaço, como aquelas formuladas por mulheres, populações racializadas, pessoas LGBTQIAPN³⁰⁺ e comunidades periféricas. Ao

²⁸ Livia de Oliveira foi precursora de importantes movimentos da Geografia, como a criação do Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia, dos estudos sobre o Ensino da Geografia e da Cartografia Escolar, dos estudos de Percepção do Meio Ambiente e da Geografia Humanista e a Geografia dos Sabores. A respeito da Geografia Humanista, a professora foi uma das líderes do Grupo de Pesquisa Geografia Humanista Cultural (GHUM) e fundadora da revista Geograficidade (UFF). Para mais acesse: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/download/15402/11802/81458#:~:text=L%C3%ADvia%20de%20Oliveira%20tamb%C3%A9m%20foi,Humanista%20e%20a%20Geografia%20dos>

²⁹ Dirce tem a temática das pesquisas voltadas ao estudo de: desertificação/arenização, ambiente e cidade, ensino de geografia e mais recentemente se dedicou ao ensino e a pesquisa em Epistemologia da Geografia. Coordenou o grupo de pesquisa Arenização/desertificação: questões ambientais. Foi presidente da AGB biênio no período de 2000-2002. Coordenadora da área de Geografia CAPES dos anos de 2005 a 2007. Professora convidada da UFRGS e atuou no curso e Pós-graduação em Geografia dessa instituição. Vinculada (2013-2016) ao curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional da FACCAT. Presidente da ANPEGE biênio 2015 -2017. Dados retirados do site da Universidade Federal de Uberlândia: [https://eventos.ufu.br/palestrante/2016/12/dirce-maria-antunes-suertegaray#:~:text=Licenciada%20em%20Geografia%20pela%20Universidade,de%20S%C3%A3o%20Paulo%20\(1988\).](https://eventos.ufu.br/palestrante/2016/12/dirce-maria-antunes-suertegaray#:~:text=Licenciada%20em%20Geografia%20pela%20Universidade,de%20S%C3%A3o%20Paulo%20(1988).)

³⁰ A sigla LGBTQIAPN+ designa um conjunto amplo e diverso de identidades de gênero e orientações sexuais que desafiam a lógica binária e heteronormativa dominante. Composta pelas iniciais de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais e pessoas Não Binárias, acrescida do símbolo “+”, que representa outras expressões e identidades em constante construção, a sigla reflete uma busca por reconhecimento, visibilidade e inclusão. Seu uso, portanto, não é meramente descritivo, mas profundamente político e epistemológico: implica reconhecer a pluralidade das experiências humanas e a necessidade de romper com estruturas cisheteropatriarcais que historicamente marginalizaram corpos dissidentes. No campo acadêmico, adotar a sigla

manter-se como uma ciência institucionalmente masculina, a Geografia acaba reforçando o que Bourdieu (2019) denomina de “dominação simbólica”, em que o poder é exercido não apenas por meio de posições formais, mas pela imposição de valores e formas de ver o mundo.

Além disso, o controle masculino sobre os espaços de decisão científica — como comissões de fomento, revistas acadêmicas e programas de pós-graduação — contribui para a reprodução de um modelo de conhecimento que tende a deslegitimar abordagens feministas, interseccionais e decoloniais. Pesquisas que tratam de gênero, sexualidades e subjetividades espaciais ainda enfrentam resistência, sendo muitas vezes vistas como “menores”, “militantes” ou “não científicas”. Essa marginalização revela como o poder simbólico e institucional se entrelaçam, estabelecendo fronteiras entre o que pode e o que não pode ser dito ou estudado dentro da disciplina.

Dessa forma, discutir a presença e a atuação das mulheres na Geografia brasileira significa também tensionar as bases epistemológicas e institucionais que sustentam essa estrutura desigual. É um chamado à reconstrução de uma ciência mais plural, comprometida com outras vozes e experiências espaciais — especialmente aquelas que historicamente foram silenciadas.

O menor número de pesquisadoras mulheres não se deve à incapacidade intelectual feminina de fazer pesquisa, mas à constituição de estruturas de poder que dificultam ou até mesmo impossibilitam este trabalho. Dificuldades sobretudo em conciliar as demandas profissionais com as demandas familiares (principalmente do cuidado), sendo sobrecarregadas com o acúmulo do trabalho doméstico e profissional (Milani e Oliveri, 2022).

Em grande parte, isso está relacionado a separação entre espaços público e privado, que produz resultados políticos (Massey, 1995), já que a forma como concebemos o espaço influencia na visibilidade que damos ou não a determinados processos e sujeitos sociais, por exemplo, o trabalho de quem trabalha “fora de casa” é muito mais valorizado que o trabalho doméstico e de cuidado – aquele tem visibilidade, além de ser remunerado e possuir um valor social³¹.

LGBTQIAPN+ significa tensionar os limites do saber científico tradicional e incorporar perspectivas que valorizam a diversidade como categoria analítica e como prática ética de pesquisa e convivência social.

³¹ Contudo há uma tendência em analisar as mulheres como um grupo social vulnerável, ainda que de modo não absoluto, mas incapazes de produzir mudanças e rupturas sociais. As práticas cotidianas de trabalho, mobilidade, cuidado da casa e dos filhos, como conciliam as múltiplas tarefas e os papéis

Essa divisão hierárquica entre os espaços público e privado também atua como um importante vetor de reprodução das desigualdades de gênero, especialmente no meio acadêmico. Como destacam Milani e Oliveri (2022), uma das principais barreiras enfrentadas pelas mulheres é a dificuldade de conciliar as exigências da vida profissional com as responsabilidades familiares e domésticas — em particular, o trabalho de cuidado, que continua recaindo, de forma desproporcional, sobre elas. Essa sobrecarga impacta diretamente o tempo, a disponibilidade e a energia dedicados à produção científica, colocando-as em desvantagem em relação aos homens no acesso a financiamentos, publicações e posições de destaque institucional. Assim, a separação entre o público e o privado não apenas organiza a vida social, mas também opera como um mecanismo silencioso e persistente de exclusão, limitando o alcance das mulheres aos espaços de prestígio, visibilidade e reconhecimento no campo acadêmico.

Ao observarmos a própria morfologia urbana de nossas cidades é perceptível como se privilegia consideravelmente as tarefas relacionadas à produção (mercadorias, bens e serviços) no lugar das necessidades, espaços e atividades relacionadas à realização das tarefas reprodutivas (provisão de habitação, alimentação, cuidados e limpeza) tarefas historicamente realizadas por mulheres (Helene *et al*, 2021).

Por outro lado, há pesquisas que comprovaram que as mulheres na ciência trabalham mais do que os homens em termos quantitativos e enfrentam o trabalho de reprodução familiar invisibilizado na domesticidade e na naturalização das performances de gênero (Silva *et al*, 2020).

Tendencialmente, aquilo que é considerado como sendo a identidade da geografia brasileira é produzido principalmente nas universidades da Região Sudeste, avaliadas como sendo de melhor qualidade pelos órgãos governamentais. Mesmo com a expansão geográfica da produção científica por meio de novos cursos de pós-graduação, há uma tendente desconsideração pelo conhecimento produzido por centros mais novos (Silva *et al*, 2020).

Há uma conformação de uma geografia da produção geográfica, centros e periferias epistêmicos, portanto, se a produção de conhecimento geográfico está

sociais, as táticas e estratégias diárias continuam silenciadas nas pesquisas o que reforça essa invisibilidade, por isso defendemos e trabalhamos para um debate mais ampliado acerca dos papéis das mulheres na sociedade e no espaço.

estruturada nas relações de poder e possui uma espacialidade, o próprio poder se faz de determinada geografia (Silva *et al*, 2020). A expansão dos cursos de pós-graduação pelo país (ainda) não descentralizou a produção científica e sua disseminação, gerou de certa forma, uma periferia científica, haja vista por exemplo, a predominância das obras que listam as referências bibliográficas das disciplinas da geografia, como mostramos anteriormente.

Isso de um lado, reforçou a hegemonia dos centros tradicionais de produção científica geográfica, os conceitos, temas já estabelecidos de um lado e por outro, possibilita tensionamentos que embasam um movimento de crítica epistemológica por parte daqueles que historicamente não ocupavam lugares de autoridades de saber científico (Silva *et al*, 2020).

As narrativas que predominam na geografia são reproduzidas por pesquisadores e pesquisadoras dentro de uma relação de poder que dificulta o rompimento desses conceitos que direcionam a forma de ler e compreender a realidade, conceitos elaborados pelos autores que se mantêm na posição central da produção e divulgação científica, com altos índices de citações (Quadro 1) e mentores dos conceitos trabalhados em disciplinas com os/as estudantes.

Quanto mais determinadas teorias, conceitos são citados e servem de referências e modelos de compreensão da realidade, mais padrões da forma como produzir ciência vão se (re) afirmando, criando um circuito de hegemonias que dificilmente é interrompido (Silva *et al*, 2020, Milani, 2025). Disso, se deve em partes, a dificuldades dos estudantes em construir objetos de pesquisas e trabalhar com metodologias (inclusive formas de escrita³²) que não estão previstas nos modelos clássicos da geografia, temas como gênero e prostituição, por exemplo, são difíceis de serem concebidos enquanto geográficos e passíveis de pesquisas (Milani, 2025), isso inclui a pesquisa que apresentamos aqui, em forma de monografia.

O conceito de interseccionalidade, a noção de espaço enquanto ativo, de agenciamento espacial, os corpos de quem pesquisa e de quem é pesquisado, por exemplo, são ainda ausentes na produção geográfica, de modo geral. Em uma

³² É bastante comum ouvirmos dos/das estudantes: “Professora, consigo falar, mas não consigo escrever...”, a despeito das várias dificuldades que podemos citar aqui, uma delas está ligada a neutralidade como modelo de pesquisa e de escrita (im)postas aos estudantes, o que os distanciam do objeto de pesquisa e de todas as etapas da investigação, dificultando a relação que deve ser estabelecida entre pesquisadores/as e pesquisas.

pesquisa realizada na Revista Boletim Paulista de Geografia³³ até 2019, ao longo dos seus quase 450 artigos, foram encontrados apenas sete artigos que centravam compreensão explícita nos sujeitos, suas corporeidades e práticas espaciais concretas, como é caso dos artigos de Humberto de Campos em “Os vareiros do Rio Parnaíba” e o artigo de Eliane Sebeika Rapchan “O mito do corpo, na terra, na planta: reflexões acerca dos posseiros do vale do Pindaré-Mirim”, segundo Ramos e Milani (2022).

Além dos fatores que foram desdobrados ao longo da nossa pesquisa, outro ponto importante que me fez refletir sobre o papel das mulheres dentro da ciência, principalmente em geografia, foi a linguagem que se usa nos artigos, denominada por Silva (2009) de “linguagem sexista”, onde há uma ocultação das mulheres (e do debate de gênero) dentro do discurso científico. A autora argumenta que é preciso desenvolver uma crítica em torno da linguagem androcêntrica, pois é por meio da própria linguagem que a sociedade se comunica, se constrói socialmente e reforça padrões, estigmas.

Indo mais afundo na gramática da língua portuguesa, isso está presente no termo “masculino genérico”, que nada mais é do que “o uso do gênero gramatical masculino para denotar o ser humano”, como exposto por Mader (2015) em sua dissertação. Segundo o autor, a língua portuguesa além de oferecer a possibilidade de expressar a distinção de gênero (entre masculino e feminino), impõe o seu usuário a escolher entre os dois, o levando ao forçamento do perfilamento, que seria o conceito de uma mulher ou o de um homem; e essa diferença sendo imposta faz com que o uso do masculino genérico se manifeste, trazendo assim a questão do sexismo gramatical à tona.

Outra característica que também aparece na gramática é o estereótipo dos lugares e profissões estabelecidas para as mulheres, como no exemplo a seguir: 1. “Se um paciente quiser mudar de médico, deve avisar a secretária.” (adaptado de CORBETT, 1991, p. 218). De acordo com Mader (2015), na frase 1, “um paciente” está no masculino, mesmo que o paciente pudesse ser uma mulher, ainda na mesma frase, “uma secretária” está no feminino, e mesmo que fosse um homem ocupando esse cargo, é mais comum observar mulheres exercendo essa função. Portanto,

³³ Tradicional revista da geografia brasileira, que apesar de regional acompanhou as várias tendências e temas da geografia desde 1949.

podemos ver que em determinados contextos, a figura feminina tem mais visibilidade, refletindo assim o padrão imposto entre funções de mulheres e homens, dentro da gramática da língua portuguesa, utilizada para comunicar todos os resultados científicos.

Mesmo com as dificuldades e obstáculos presentes na questão da igualdade de gênero, tanto no ensino superior quanto no mercado de trabalho, é perceptível que a ascensão das mulheres está acontecendo gradativamente. Existem preconceitos e barreiras que estão presentes na sociedade brasileira, mas um fato importante para romper com as ideias tradicionais e arcaicas, principalmente dentro da universidade, é o debate envolvendo essa temática, e os eventos nacionais contribuem para que isso aconteça.

Nos anos de 2006 e 2008 houve um espaço para se discutir sobre gênero e sexualidade nos encontros do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura (NEPEC). Em 2009 e 2011 os colóquios do Núcleo de Estudos de Espaço e Representações (NEER) também trataram sobre a temática, sendo que no ano de 2009, no X ENANPEGE (Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia), teve uma mesa redonda que abordou gênero e sexualidades; e em 2011 foi organizado o I Seminário Latino-Americano de Geografia e Gênero, que ocorreu na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, além da formação do Grupo de Trabalho (GT) específico sobre o tema, no V Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA), na Universidade Federal do Pará (acontecendo o mesmo em 2013 e 2015). Nos anos de 2012 e 2014 o tema esteve presente nas respectivas edições do Encontro Nacional de Geógrafos. Outro evento que abriu espaço para o debate do gênero foi o Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), onde desde a edição de 2012 tiveram GT's específicos para a abordagem do tema de Gênero e Questões Étnicos Raciais, permanecendo nos anos de 2014 e 2016. Por último, no ano de 2014 houve o II Seminário Latino-Americano de Geografia, Gênero e Sexualidades, sediado na cidade de Porto Velho, na Universidade Federal de Rondônia.

Outro “catalisador” são as publicações de artigos envolvendo o debate de gênero, segundo Silva, Ornat e Chimin Junior (2013), onde no ano de 1998 foi publicado o artigo “As Geografias da Modernidade - Geografia e gênero - Mulher, Trabalho e Família: O Exemplo da Área de Ribeirão Preto - SP em 1998”, da autora Rosa Ester Rossini, na Revista do Departamento de Geografia da USP. No mesmo

ano, foi publicado um artigo intitulado “Geografia e Gênero/Geografia Feminista - O que é isto?”, de Susana Veleda da Silva. Porém, mesmo ganhando espaço no debate dentro da ciência geográfica, a abordagem do gênero só começou a ganhar mais força nas primeiras décadas do século XXI, com um marco importante da criação da Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero no ano de 2010, de acordo com Ratts, Aex et al (2016). Vale a pena ressaltar que, mesmo com a publicação dos primeiros artigos envolvendo o tema, eles estão em maior parte nos estratos B1 e B2, seguindo o sistema de qualificação Qualis-CAPES.

Diante de todo o exposto, fica evidente que a inserção da perspectiva de gênero na Geografia ainda é limitada, tanto em termos de produção científica quanto no reconhecimento institucional e na linguagem utilizada nos artigos acadêmicos. A ausência de abordagens interseccionais, a predominância de discursos androcêntricos e a imposição de estereótipos de gênero revelam como o conhecimento geográfico é moldado por relações de poder e por contextos sociais históricos. No entanto, os avanços observados — como a criação de eventos acadêmicos, grupos de trabalho, colóquios e a publicação de periódicos específicos sobre gênero — mostram que a temática vem ocupando espaço e legitimidade dentro da universidade e da pesquisa científica. Esses esforços não apenas ampliam a visibilidade das mulheres na produção geográfica, mas também contribuem para uma reflexão crítica sobre os padrões sociais, linguísticos e epistemológicos que moldam o saber.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do desenvolvimento da pesquisa ficou evidente que a entrada das mulheres na universidade vem aumentando, contudo, vemos, ainda, para a necessidade de debater a distribuição de gênero nos cursos e o tipo de poder acadêmico de mulheres e homens nas universidades, dentre outros espaços públicos (Rosa, 2016), além do próprio processo de conscientização sobre o tema.

Dessa forma, consideramos que a inserção das mulheres no ensino superior tem se fortalecido tanto em áreas tradicionalmente consideradas “femininas” quanto em campos historicamente masculinos. Contudo, esse movimento é resultado de intensas lutas femininas e de um esforço contínuo para ultrapassar barreiras historicamente impostas às mulheres, na busca por conquistar espaços e direitos de forma igualitária na sociedade.

Mesmo com a expansão das universidades para o interior do Brasil, isso nem sempre alterou quem concentra o poder na produção científica. Ainda assim, tal movimento abriu novos espaços e oportunidades de pesquisa. Da mesma forma, embora o aumento da presença feminina no ensino superior — especialmente na Geografia do CPTL — não tenha transformado completamente essa estrutura, ele contribui para questionar práticas consolidadas e sinaliza avanços importantes, ainda que lentos. Observa-se também um processo de tensionamento dessas bases intelectuais ainda dominadas por homens, sobretudo aqueles vinculados aos grandes centros urbanos e às instituições que concentram recursos e financiamentos em pesquisa. Esse tensionamento tem sido protagonizado por pesquisadoras que, a partir de perspectivas feministas, desafiam a hegemonia epistemológica masculina e propõem novas leituras sobre o espaço, o território e as relações sociais.

Entretanto, a presença física das estudantes mulheres nos cursos de graduação — especialmente na Geografia — não foi suficiente para modificar a estrutura de poder que mantém as questões de gênero e as próprias mulheres à margem do interesse científico. Tampouco rompeu com a narrativa acadêmica hegemônica que tende a homogeneizar os sujeitos, reduzindo-os a categorias genéricas como “trabalhadores” e “patrões”, desconsiderando as múltiplas dimensões que compõem a sociedade. O desafio que se impõe, portanto, vai além da ampliação

de estudos de gênero: trata-se da urgência de construir uma ciência menos autoritária, descentralizada e desprovida de vieses machistas.

Os dados desta pesquisa evidenciam ainda uma padronização na distribuição das mulheres em determinados cursos, especialmente nas áreas da saúde, como demonstra o caso da Enfermagem, em que elas são maioria. Em contrapartida, sua presença é significativamente menor em cursos das ciências exatas, como Engenharia de Produção. No campo científico, mesmo com a crescente participação feminina em pesquisas e publicações, o discurso dominante continua sendo marcado por uma linguagem masculina e androcêntrica. Essa hegemonia se expressa de forma sutil, reproduzindo-se inclusive no senso comum, seja pelo uso do masculino genérico, seja pela perpetuação de estereótipos que naturalizam a centralidade masculina na produção do conhecimento e invisibilizam as contribuições das mulheres.

Esse padrão de desigualdade está profundamente enraizado em estereótipos sociais transmitidos desde a infância, por meio da atribuição de papéis de gênero antes mesmo do nascimento — como na escolha das cores (rosa para meninas, azul para meninos) — e, posteriormente, nas brincadeiras. Enquanto os meninos são incentivados a atividades relacionadas à ação e ao raciocínio lógico, as meninas são estimuladas a brincar de boneca, casinha ou professora, reforçando papéis de cuidado e domesticidade. Embora essas práticas pareçam inofensivas, elas moldam as trajetórias individuais e influenciam significativamente as escolhas profissionais, consolidando a ideia de que às mulheres cabem, majoritariamente, profissões ligadas ao cuidado e à educação. Optar por essas carreiras não é um problema em si; o que se torna prejudicial é o julgamento prévio que restringe as possibilidades femininas de atuação, impondo barreiras simbólicas e materiais às suas escolhas (Oliveri e Milani, 2021). Como mencionado no Capítulo 2, esses limites não surgem do nada: eles são resultado de uma história marcada pela divisão desigual do trabalho, pela forma diferenciada como meninas e meninos são educados e por estruturas de poder que invisibilizaram a participação das mulheres na ciência. Tudo isso ajuda a explicar por que algumas áreas ainda são vistas como “femininas”, enquanto outras continuam sendo tratadas como espaços masculinos.

No Brasil, durante a década de 1970, a luta das mulheres pelo acesso à educação e à universidade se entrelaçou com os movimentos de resistência à ditadura

militar. As conquistas desse período foram fruto de intensa mobilização social, expressa em panfletagens, associações, grupos de conscientização e ações coletivas. Retomar esse debate no espaço universitário é fundamental: de um lado, permite reconhecer a trajetória histórica das lutas e conquistas em torno da igualdade de gênero; de outro, incentiva pesquisadoras e pesquisadores a se aprofundarem no tema, fortalecendo a produção científica e ampliando o repertório teórico e analítico disponível.

Na contemporaneidade, essa luta assume novos contornos, especialmente no ensino superior, onde emergem tensões em torno da produção científica, das relações de poder e das formas de legitimação do pensamento acadêmico. Discutir gênero e desigualdades, nesse contexto, não apenas questiona os estereótipos, mas também contribui para aproximar a universidade de práticas mais justas e equitativas. Promover debates permanentes sobre o tema é, portanto, essencial para a formação crítica de estudantes e para o fortalecimento de uma comunidade acadêmica comprometida com a equidade de gênero e com a democratização do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, Judith. **El género en disputa: el feminismo y la subversión de la identidad**. Barcelona: Paidós, 2007.

BLAY, Eva Alterman; CONCEIÇÃO, Maria José. **Mulheres e educação: a cumplicidade entre ciência e opressão**. São Paulo: Nobel, 1991.

BLAY, Eva Alterman; Conceição, Rosana R. da. A mulher como tema nas disciplinas da USP. In: **Caderno de Pesquisa**. São Paulo. n. 76, 1991.

BLAY, Eva Alterman. **Gênero na Universidade**. Educação em Revista. n.3, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

CARVALHO, U., MIRANDA C., RAMBO M. **Mulheres nas ciências exatas e tecnologias: um olhar para a Universidade Federal do Tocantins – UFT na perspectiva de gênero**. Revista Humanidades e Inovações. Tocantins. n.7. p. 277-289. 2020.

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira. **Gênero, trajetórias acadêmicas e a centralidade na produção do conhecimento geográfico brasileiro**. 2019. 292 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

COSTA, Albertina de Oliveira. **O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2005.

COSTA, Albertina de Oliveira. **Mulheres e universidade: resistência e permanências**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2020.

COSTA, C. L. Mulheres fazendo balbúrdia: uso e apropriação do espaço na universidade federal de Catalão (GO). In: PORTUGUEZ, A. P.; COSTA, C. L.; MYAZAKI, L. C. P.(org.). **Balbúrdia Geográfica: natureza, produção, uso e apropriação do espaço no campo e na cidade**. Ituiutaba, MG: Editora Barlavento, 2020. p. 8 – 33.

GUEDES M. **A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino**. Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal. Rio de Janeiro. p. 117-132. 2008.

KAPP, Silk. Entrevistas na pesquisa sócio-espacial. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 22, 2020.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000).

MASSEY, Doreen. Flexible sexism. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 9, n. 1, p. 31 – 57, 1991.

MADER, Guilherme Ribeiro Colaço. **Masculino genérico e sexismo gramatical**. 2015. 168 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/158447>. Acesso em: 23 abr. 2025.

MILANI, P. H. Contribuições da epistemologia feminista para as pesquisas geográficas. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas**, v. 1, n. 34, 2021.

MILANI, Patrícia Helena; OLIVERI, Melissa Pereira. *Eu não encontrei tanta dificuldade, mas eu também sempre tive que ter um passo à frente*. Geografias feministas e a interseccionalidade de mulheres. In: **Revista Ensin@ UFMS**, v. 3, n. 7, p. 98-117, 20 dez. 2022.

MILANI, Patricia Helena. Gênero e direito à cidade: é como se nós fossemos um brinquedo, uma propriedade, que a gente tem que fazer o que eles julgam que temos que fazer. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 15, n. 2, p. 03-23, 2024.

MILANI, Patrícia Helena. Geografia e gênero: uma desobediência no campo geográfico? **Terra Livre**, [S. l.], v. 2, n. 63, p. 32–65, 2025.

NOGUEIRA, Maria Alice. O cuidado e o feminino: um olhar sobre as profissões da área da saúde. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 155-169, 2001.

OLIVERI, Melissa Pereira; Milani, Patrícia Helena. A interseccionalidade na vivência socioespacial de mulheres trabalhadoras. In: IX Colóquio Latinoamericano e Caribenho de Educação em Direitos Humanos, Anais... Três Lagoas, 2021.

PEDRO, J. M. Feminismo e gênero na universidade: trajetórias e tensões da militância. **Revista História Unisinos**. v.9, n.3, 2005, p.170-176.

RATTS, Aex, et al. "Geografia e diversidade: gênero, sexualidades, etnicidades e racialidades." **Revista da ANPEGE** 12.18 (2016): 229-244.

RAMOS, Patrícia; MILANI, Patrícia Helena. Gênero, ciência e universidade: desafios contemporâneos na formação geográfica. **Revista de Geografia e Ensino**, v. 28, n. 2, p. 45–62, 2022.

RICOLDI, Arlene; ARTES, Amélia. A desigualdade de gênero no acesso ao ensino superior brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 66, p. 403–426, 2016.

RICOLDI, A., ARTES, A. **Mulheres no ensino superior brasileiro: espaço garantido e novos desafios**. Revista Exaequo. São Paulo. n.33. p. 149-161. 2016.
ROSA, E. **Universidade e Sociedade: um estudo descritivo da inserção universitária em especial das mulheres no Brasil**. Revista Iniciação & Formação Docente. Uberaba. n.1. p. 1-12. 2016.

ROSA, Eliana Cristina. A Inserção Da Mulher Na Universidade: Uma Trajetória De Lutas E Anseios (The Insertion of Women in University: A Trajectory of Struggles and Longings). **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 11, 2018.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71–99, 1995.

SILVA, João Pedro Turino. **Experiências de juventudes dos estudantes de Geografia da FCT/UNESP e do CPTL-UFMS**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2023.

SILVA, Joseli Maria; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; PINTO, Vagner André Moraes. Fazendo geografias feministas: apontamentos sobre desobediências epistemológicas. In: ALVES, Flamarion Dutra; AZEVEDO, Sandra de Castro de. (Orgs). **Análises geográficas sobre o território brasileiro: dilemas estruturais à Covid-19**. Alfenas: Universidade Federal de Alfenas, 2020.

SILVA, Joseli Maria; et al. **Geografia e gênero: uma leitura crítica**. Curitiba: UFPR, 2009.

SILVA, Joseli Maria; et al. **Epistemologias feministas e geografia: percursos e desafios**. Ponta Grossa: UEPG, 2020.

TURRA NETO, Nécio. Metodologias de pesquisa para o estudo geográfico da sociabilidade juvenil. In: **RA'E GA - O Espaço Geográfico em Análise**, n. 23, p. 340-375, 2011.

VENTURINI, Anna Carolina. **Mulheres no ensino superior brasileiro: trajetórias e desafios**. Brasília: Inep, 2017.